José Álvaro de Abreu Filho
e a Origem da Praia da Abreulândia

**Depoimento oral de 24 de agosto de 1976, transcrição comentada e notas documentais*

Autor e responsável pela pesquisa documental:
Daniel Abreu Diogo de Siqueira (Daniell Abrew), cineasta, neto materno de **José Álvaro de Abreu Filho** e de **Ruth Marinho Cavalcante**, é o autor, organizador e responsável por esta publicação documental. A presente pesquisa nasce de sua iniciativa pessoal de preservar, revisar e tornar acessível a memória oral de sua família acerca da origem da **Praia da Abreulândia**, em Fortaleza, Ceará. Como descendente direto de José Álvaro, Daniel Abreu Diogo de Siqueira reuniu a gravação original, a transcrição automática, as correções familiares, os nomes próprios, os lugares citados e as notas de contexto necessárias para transformar o depoimento em um registro histórico, jornalístico e documental.

Fonte primária:
A principal fonte utilizada nesta publicação é uma **fita K-7 contendo depoimento oral de José Álvaro de Abreu Filho**, gravado em **24 de agosto de 1976, às 19h30**, na casa da família Abreu, localizada na **Praia da Abreulândia**, em Fortaleza, Ceará. Na gravação, José Álvaro de Abreu Filho narra, em primeira pessoa, a história da descoberta, ocupação, nomeação, defesa territorial e consolidação da Abreulândia, dirigindo-se à esposa, aos filhos, aos irmãos e aos demais familiares. O depoimento possui valor de fonte oral primária por registrar diretamente a voz e a memória do próprio protagonista dos acontecimentos narrados.

Transcrição, revisão e organização do material:
A transcrição inicial do áudio foi realizada por meio de ferramenta automática e posteriormente revisada e arquivada em **1º de novembro de 2021**, a partir da escuta do material, da memória familiar e da correção de nomes, expressões, instituições e lugares mencionados no depoimento. Por se tratar de uma gravação antiga, feita em fita K-7, algumas palavras apresentaram falhas de compreensão, exigindo revisão cuidadosa e interpretação contextual.

Transcrição, organização e texto jornalístico-documental:
A transcrição revisada, a organização cronológica dos fatos, a redação jornalística-documental e as notas explicativas são de autoria de **Daniel Abreu Diogo de Siqueira**, que estruturou o conteúdo com base na gravação original de 1976, na transcrição automática revisada em 2021 e na memória preservada pela família Abreu. O objetivo desta publicação é registrar, com fidelidade histórica e clareza documental, o depoimento de José Álvaro de Abreu Filho sobre a origem da Praia da Abreulândia, respeitando a natureza oral da fonte e, ao mesmo tempo, apresentando o material em linguagem formal, pesquisável e acessível ao público.

Nota do autor

Em 2021, logo após o falecimento de minha avó, **Ruth Marinho Cavalcante**, ocorrido em **20 de agosto de 2021**, encontrei entre os pertences da família uma antiga fita K-7. Nela estava registrada a voz de meu avô materno, **José Álvaro de Abreu Filho**, narrando, em primeira pessoa, a história da Praia da Abreulândia, em Fortaleza.

A gravação foi realizada na noite de **24 de agosto de 1976**, na própria casa da família, localizada na Abreulândia. Segundo a memória familiar, José Álvaro estava sentado no alpendre da casa. A gravação contou com a ajuda de sua filha **Silvia Marinho de Abreu**, minha mãe, então com 15 anos de idade. Naquela noite, ele se dirigia aos filhos, à esposa, aos irmãos e aos parentes, com o propósito claro de deixar registrada a história de sua luta pela criação, ocupação, nomeação e defesa da Abreulândia.

José Álvaro de Abreu Filho nasceu em **Aracati, Ceará, em 25 de maio de 1921**, e faleceu em **Fortaleza, Ceará, em 7 de agosto de 1991**. Foi casado com **Ruth Marinho Cavalcante**. Seus filhos são **Nadja Marinho de Abreu**, **Silvia Marinho de Abreu** e **Etelvino Marinho de Abreu**, chamado na família de **Abreuzinho**, que se tornaria conhecido nas décadas de 1980 e 1990 como cantor, músico, violonista e ator sob o nome artístico de **Abreu Marinho**, falecido em 25 de maio de 1995, aos 29 anos

A família de José Álvaro e Ruth - com suas filhas Nadja e Silvia e o filho Etelvino - formou o núcleo familiar pioneiro daquela casa na Praia da Abreulândia, em um tempo em que, segundo o próprio depoimento, tudo ao redor era deserto, areia, dunas, vento e mar.

Este texto não pretende encerrar a pesquisa histórica sobre a Abreulândia. Ao contrário: pretende abrir caminho para ela. Trata-se de uma publicação documental baseada em fonte oral primária, memória familiar, transcrição comentada e organização jornalística dos fatos narrados por José Álvaro de Abreu Filho.

Critérios editoriais desta publicação

O depoimento original foi transcrito a partir de áudio antigo, com ruídos e perdas de compreensão. Por isso, algumas palavras surgiram na transcrição automática com erros, distorções fonéticas ou formas incompletas. Nesta versão, os nomes e termos foram corrigidos conforme revisão familiar.

A linguagem oral do depoimento contém expressões duras, emocionais, ofensivas e racializadas, próprias do tempo, da fala espontânea e do estado de tensão em que o narrador recordava conflitos. Nesta versão jornalística, essas expressões foram neutralizadas, preservando-se o conteúdo histórico, os fatos narrados e o sentido do relato, sem reproduzir desnecessariamente termos agressivos.

Uma noite de memória no alpendre da Abreulândia

Na noite de 24 de agosto de 1976, sentado no alpendre de sua casa na Abreulândia, José Álvaro de Abreu Filho decidiu falar para a família. O tom era de testamento moral. Ele não falava apenas de terra, escritura ou praia. Falava de sacrifício, pertencimento, luta e memória.

Logo no início da gravação, dirige-se aos filhos e à esposa Ruth. Chama a Abreulândia de história de “inúmeras passagens” e “inúmeros capítulos”, marcada por uma luta quase interminável. Faz questão de agradecer à esposa, a quem chama de seu braço direito, mulher que o compreendia e o acompanhava nas dificuldades. Em seguida, volta-se especialmente para o filho Abreuzinho, então criança, e pede que ele nunca despreze a Abreulândia.

Para José Álvaro, a Abreulândia era mais que um bem. Era um território de família. Ele afirma que a terra era dos Abreus, dos irmãos, dos sobrinhos, dos filhos e de todos os parentes. Sonhava reunir a família ali todos os anos. Queria morar e morrer na Abreulândia. Desejava construir, no alto das dunas, a **Igreja de São José da Abreulândia** e, atrás dela, um **cemitério dos Abreus**.

Esse início revela a dimensão profunda do depoimento. José Álvaro não estava apenas explicando a origem de um nome. Estava transmitindo aos descendentes uma espécie de escritura oral, uma memória de fundação.

1940: a primeira chegada ao território

Segundo o depoimento oral de **José Álvaro de Abreu Filho**, a primeira aproximação dele com a região que mais tarde receberia o nome de **Praia da Abreulândia** aconteceu em **1940**, em circunstâncias quase acidentais, mas que, na memória dele, se transformariam no ponto inaugural de uma história familiar, territorial e afetiva.

Naquele período, José Álvaro era ainda um homem jovem, circulando por Fortaleza, e encontrava-se na **Praça do Ferreira**, tradicional centro urbano da capital cearense. Ele recorda que estava ali “batendo papo com um e com outro”, sem dinheiro, quando encontrou um amigo chamado **Moreira**, cujo paradeiro ele já não sabia mais no momento da gravação, em 1976. Ambos estavam em situação financeira difícil, ou, como ele mesmo diz na linguagem espontânea do depoimento, estavam “lisos”.

Naqueles dias, corria a notícia de que **fardos de borracha** estavam encostando em praias do litoral cearense. José Álvaro menciona pontos como **Mucuripe**, **Praia do Futuro**, **Aracati** e outras áreas da costa. A borracha, naquele contexto, representava uma oportunidade extraordinária. Segundo sua lembrança, um único fardo poderia valer “seis contos”, quantia que ele descreve como muito elevada para a época. Para dois homens sem recursos, aquilo surgia como possibilidade de mudança imediata de sorte: encontrar um fardo perdido na praia poderia significar dinheiro, alívio e oportunidade.

Foi assim que José Álvaro e Moreira decidiram seguir para o litoral. Saíram já pela tarde, atravessaram o **Rio Cocó** em uma balsa e alcançaram a faixa de praia do outro lado. Dali, seguiram caminhando pela areia, observando o mar, atentos a qualquer sinal de material trazido pelas águas. O percurso os levou em direção à **Barra do Rio Pacoti**, região em que o rio encontra o mar e que, naquele tempo, segundo a descrição de José Álvaro, ainda se apresentava como um espaço remoto, aberto, quase intocado.

A caminhada foi longa e frustrante. Eles iam olhando para o mar, procurando alguma coisa que pudesse ser um fardo de borracha, mas nada encontravam. Já no retorno, quando o dia começava a escurecer, José Álvaro avistou algo vindo do mar, aproximando-se da areia, exatamente em frente à área que, décadas depois, ele identificaria como a **Abreulândia atual**. A expectativa voltou imediatamente. Pela forma como o objeto se aproximava, parecia poder ser um fardo. Os dois ficaram esperando, observando, enquanto a noite caía.

Quando o objeto finalmente encostou na praia, já estava quase escuro. A esperança, porém, se desfez: não era borracha. Era apenas um pedaço de madeira, um pau ou material sem valor. A busca pelo fardo terminava sem resultado, mas aquele fracasso prático abriria caminho para uma descoberta muito maior.

Como já era noite, José Álvaro e Moreira permaneceram na praia. Era uma noite de lua. Eles haviam levado algum alimento simples - possivelmente pão, rapadura ou algo semelhante - além de cigarros. Comeram o que tinham e ficaram ali, entre a areia, o vento e o frio. Uma lona que carregavam serviu de abrigo improvisado, protegendo-os durante a madrugada.

Ao amanhecer, José Álvaro saiu sozinho em busca de **água doce**, alguma lagoa ou sinal de presença humana. Caminhou em direção ao interior daquele território, no rumo do lugar onde, anos depois, construiria sua casa, aproximadamente no centro da área que passaria a reivindicar como sua. O que encontrou foi uma paisagem de absoluto vazio. Ele descreve a cena como uma imensidão semelhante ao **deserto do Saara**: não havia casas, não havia estrada, não havia moradores, não havia qualquer estrutura visível. Era praia, duna, areia, vento e silêncio.

Esse momento parece ter impressionado profundamente José Álvaro. Ele não viu apenas uma praia deserta. Viu uma possibilidade. Examinou o local, observou a paisagem e tomou pontos de referência naturais. Entre esses marcos, citou o **Morro do Cararu**, que usou como orientação visual. Em seguida, colocou uma pedra no local ou nas proximidades do local onde futuramente ergueria a primeira casa. A pedra funcionou como um marco rudimentar, quase simbólico, deixado por ele para assinalar aquele ponto no meio do vazio.

Naquele instante, ainda sem estrada, sem posse formal, sem casa, sem moradores e sem qualquer garantia de futuro, José Álvaro afirma que pensou consigo mesmo que ali seria, um dia, a **Abreulândia**. A frase, recordada no depoimento, carrega o sentido fundador da narrativa: antes de existir como nome conhecido, antes de aparecer em documentos, placas ou referências públicas, a Abreulândia teria nascido como uma decisão íntima, tomada diante de uma praia vazia.

O retorno foi difícil. Sem saber por onde atravessar a área por terra, pois não havia caminhos abertos por trás das dunas, José Álvaro e Moreira só tinham como referência a

própria beira da praia. Voltaram cansados, queimados de sol, sem fardo de borracha, sem dinheiro e sem qualquer ganho material. Mas José Álvaro carregava outra coisa: a imagem daquela praia deserta e a convicção de que havia encontrado um lugar de futuro.

Nos dias e tempos seguintes, ele continuaria pensando naquela área. A busca frustrada por borracha, que poderia ter sido apenas uma aventura passageira entre dois homens sem recursos, tornou-se o primeiro capítulo de uma trajetória de ocupação, nomeação e defesa territorial. Para José Álvaro, a praia descoberta naquele dia não era uma paisagem qualquer. Era uma promessa. Era um território ainda sem nome público consolidado em sua memória, sem estrada e sem dono aparente, mas que ele já enxergava como destino.

Por isso, o episódio de 1940 ocupa lugar central no depoimento. A Abreulândia, na narrativa de José Álvaro de Abreu Filho, não começa com uma escritura, uma estrada, uma colônia de férias ou uma placa. Começa com uma caminhada pela praia, uma noite dormida ao relento, uma busca por água doce, uma pedra colocada como marco, o Morro do Cararu tomado como referência e uma decisão silenciosa: transformar aquele deserto litorâneo em terra dos Abreus.

O retorno pelas dunas e a decisão de ocupar

Depois daquela primeira noite passada à beira-mar, José Álvaro de Abreu Filho não conseguiu mais esquecer a praia que havia encontrado. A busca frustrada por um fardo de borracha terminou sem ganho material, mas deixou nele uma impressão profunda. Aquele lugar vazio, aberto entre dunas, mar, vento e silêncio, permaneceu em sua memória como uma possibilidade. A partir dali, ele passou a pensar repetidamente naquela faixa de litoral que havia conhecido quase por acaso, mas que, pouco a pouco, começou a enxergar como destino.

Com o passar do tempo, José Álvaro começou a procurar uma forma de chegar novamente à região, agora não mais pela beira da praia, mas por terra. Seguiu em direção à **Lagoa Redonda** e ao caminho da **Lagoa da Precabura**, observando as dunas à distância. Pela posição daquelas elevações de areia, reconhecia que elas deveriam estar nas imediações da praia onde havia caminhado anteriormente com Moreira. A paisagem, mesmo vista de longe, servia-lhe como orientação. Era como se ele tentasse reconstruir, pelo olhar e pela memória, o caminho de volta para o lugar que havia marcado interiormente como seu.

O acesso, porém, era extremamente difícil. Não havia estrada aberta, não havia passagem regular para automóveis, não havia sinal de urbanização. O caminho era feito por veredas, areia, trechos alagados e obstáculos naturais. Segundo o depoimento, por ali passavam apenas animais e pessoas a pé. Carro não passava. Mesmo assim, em uma de suas tentativas, José Álvaro decidiu avançar com um jipe antigo, de tração nas quatro rodas. Era um veículo velho, mas resistente, daqueles que ele considerava próprios para enfrentar terreno ruim.

Antes de chegar à Lagoa da Precabura, parou em uma bodega no caminho e tomou uma bebida para “levantar a moral”, expressão que revela o tom espontâneo e quase aventureiro

daquele momento. Em seguida, entrou no rumo da lagoa. Ao perceber que o caminho era impraticável para um carro comum, engatou o diferencial e decidiu seguir mesmo assim. Avançou pela água, pela lama e pela areia, atravessando trechos em que o cano de escape do veículo chegou a ficar dentro d'água. Ele sabia que, se o carro parasse ali, estaria em grande dificuldade. Mas continuou.

Depois de vencer o trecho alagado, chegou ao pé das dunas. Dali em diante, o caminho praticamente desaparecia. Havia apenas uma pequena vereda, insuficiente para dar segurança ao percurso. José Álvaro subiu a duna e, ao alcançar a parte alta, avistou novamente a imensidão da praia. Seguiu até a beira-mar e procurou o marco deixado na primeira visita: a pedra que havia colocado como referência. Ele mesmo admite, no depoimento, não ter certeza absoluta de que fosse a mesma pedra, mas acreditou reconhecer o lugar. A paisagem confirmou sua intuição. Ao rever aquele espaço, teve a convicção de que era ali mesmo o ponto que procurava.

A partir desse reencontro, José Álvaro passou a voltar outras vezes. Suas idas não tinham ainda o caráter de ocupação definitiva, mas de reconhecimento, observação e confirmação. Chegava, olhava o ambiente, examinava a praia, tomava banho de mar e retornava. Cada visita reforçava nele a certeza de que aquele território tinha futuro. Em uma época em que ninguém parecia acreditar naquela área, ele via ali uma promessa. A praia ainda era deserta, sem morador fixo, sem estrada e sem estrutura, mas, aos olhos dele, já possuía valor.

Mais tarde, José Álvaro trocou o jipe por uma **Rural** antiga, também de tração nas quatro rodas. Ele a descreve como uma "Rural de guerra", expressão que traduz tanto a força do veículo quanto a natureza quase bélica da travessia. Com ela, passou a enfrentar as dunas com mais confiança. Foi nessa fase que começou a levar familiares para conhecer a região. Naquele tempo, segundo sua lembrança, **Etelvino Marinho de Abreu**, o Abreuzinho, ainda não havia nascido; **Silvinha** também ainda não, e provavelmente apenas **Nadja** já era nascida.

Ao observar novamente a situação das dunas, José Álvaro decidiu que era preciso vencer aquele obstáculo de uma vez. Ele recorda que os carros usados no tempo da guerra eram tão fortes que "subiam até em coqueiro" - expressão oral que usava para dizer que aqueles veículos eram capazes de subir qualquer coisa, por mais difícil que parecesse. Diante da duna, decidiu arriscar: tomaria distância, engataria a tração e subiria, "desse no que desse".

A cena, tal como narrada por ele, tem força cinematográfica. José Álvaro deu marcha à ré por cerca de cem metros na vereda, preparando o embalo necessário. Em seguida, engatou o diferencial e arrancou com força pela areia. A Rural subiu a primeira duna quase no limite, vencendo a inclinação com dificuldade. Depois veio outra subida, uma curva em aclive, uma descida, mais outra subida, e assim sucessivamente, atravessando aquele relevo instável de dunas até finalmente alcançar a beira da praia.

Quando conseguiu chegar com o carro ao litoral, José Álvaro sentiu que havia conquistado algo decisivo. Não era apenas uma chegada física; era a confirmação prática de que o lugar podia ser alcançado, ocupado e transformado. Ao atingir a praia, declarou para si mesmo: **"Pronto, agora aqui estou em casa."** Essa frase resume a passagem entre a descoberta

e a decisão de posse. A partir daquele momento, a praia deixava de ser apenas uma lembrança ou uma possibilidade remota. Tornava-se um projeto concreto de vida.

Foi então que ele marcou o local onde construiria a primeira casa. A casinha ainda não existia, não havia moradores permanentes, não havia estrada consolidada, mas a decisão estava tomada. O território começava a ser transformado pela presença insistente de José Álvaro. A pedra deixada como marco, as referências naturais, o retorno pelas dunas, a travessia com o jipe, a conquista do acesso com a Rural e a escolha do local da casa formam, juntos, o segundo momento fundador da Abreulândia: o momento em que a visão inicial se converte em ocupação.

Esse retorno pelas dunas representa, portanto, mais do que uma aventura pessoal. Ele marca a passagem do encantamento para a ação. José Álvaro não apenas reencontrou a praia; ele decidiu enfrentá-la, abrir caminho, voltar, insistir e permanecer. Em uma área que descrevia como abandonada, sem estrada e quase inacessível, começou a construir mental e fisicamente a Abreulândia. Antes da casa, antes do serviço topográfico, antes da chegada de moradores, antes da COFECO, da Telefônica, da estrada e da energia, houve esse momento: um homem atravessando dunas com um veículo antigo, movido pela convicção de que aquele lugar seria sua casa e a terra de sua família.

A primeira casa e o nome Praia da Abreulândia

Depois de vencer as dunas e alcançar novamente a beira-mar com a Rural de tração nas quatro rodas, José Álvaro de Abreu Filho tomou a decisão que transformaria aquela praia deserta em projeto de vida. O lugar já não era apenas uma paisagem admirada à distância, nem somente o ponto marcado em uma primeira caminhada. A partir daquele momento, passava a ser um território escolhido, um espaço a ser ocupado, defendido e nomeado. Foi ali que ele marcou o local onde ergueria sua primeira casa.

A construção dessa casa, segundo o depoimento, foi feita lentamente e com extrema dificuldade. Naquele tempo, a região ainda não possuía estrada aberta, transporte regular, vizinhança consolidada ou qualquer estrutura que facilitasse a permanência de uma família. O acesso dependia da travessia pelas dunas, por areia fofa, veredas incertas e caminhos improvisados. Tudo era esforço físico. O material de construção não chegava por caminhão nem por via organizada. José Álvaro conta que começou a fazer a casa “aos poucos”, levando material em costas de jumentos e pagando homens para carregar os insumos na cabeça.

Essa imagem é uma das mais fortes do depoimento: antes de existir estrada, antes de haver energia, antes da COFECO, antes da Telefônica, antes dos bares, das placas, dos conflitos e da valorização imobiliária, havia uma pequena casa nascendo no meio do areal. Cada tijolo, madeira, telha, ferramenta ou saco de material precisava vencer o isolamento físico da praia. A casa, portanto, não foi apenas uma construção. Foi o primeiro gesto concreto de permanência.

Na narrativa de José Álvaro, é nesse momento que o nome **Praia da Abreulândia** passa a existir de forma assumida. Após marcar o local e iniciar a construção da casinha, ele afirma que colocou no lugar o nome de Praia da Abreulândia. A escolha do nome aparece como consequência direta da ocupação: ele chegou, marcou, construiu e nomeou. Não se trata, em seu relato, de uma denominação criada por empresa, colônia de férias, órgão público ou instituição externa. O nome surge como ato fundador, ligado ao sobrenome **Abreu** e ao projeto de transformar aquele espaço em território familiar.

A palavra **Abreulândia** carrega, nesse contexto, um sentido claro: a terra dos Abreus. Para José Álvaro, aquele não era um nome qualquer. Era uma afirmação de pertencimento. Ao chamar a praia de Abreulândia, ele inscrevia a família no território e, ao mesmo tempo, dava identidade a um lugar que, segundo sua memória, antes se apresentava como vazio, deserto e sem referência pública consolidada para ele. A nomeação foi, portanto, parte da própria colonização familiar do espaço.

A primeira casa tinha também uma função simbólica e prática. Simbólica, porque materializava a presença dos Abreus diante do mar e das dunas. Prática, porque servia como base para as idas à praia, para guardar objetos, repousar, receber familiares e afirmar a continuidade da posse. Mesmo quando ainda não havia morador permanente, a existência da casa já indicava que alguém havia escolhido aquele lugar e pretendia permanecer.

Com o tempo, outras pessoas começaram a aparecer. José Álvaro menciona pescadores e pequenos ocupantes que passaram a construir casas simples, especialmente nas proximidades da beira do rio. A partir da sua casinha inicial, o vazio absoluto descrito no primeiro encontro começava a mudar de feição. Onde antes havia apenas areia, dunas e mar, surgiam sinais de presença humana. Ainda era uma ocupação muito modesta, mas já indicava o nascimento de uma localidade.

Cerca de três anos depois, segundo sua estimativa, José Álvaro decidiu dar um passo mais formal. Chamou um engenheiro, mandou realizar o serviço topográfico, marcou todo o terreno e fez planta da área. Em seguida, requereu oficialmente a regularização de acordo com a lei. Esse ponto é fundamental: a narrativa não apresenta apenas uma ocupação espontânea ou sentimental, mas também uma tentativa de dar forma legal à posse. Ele não queria apenas morar ali; queria reconhecer, medir, documentar e regularizar a área perante os órgãos competentes.

Depois do levantamento topográfico, José Álvaro tentou também transformar a paisagem pela plantação. Plantou coqueiros, goiabeiras, cajueiros e outras árvores. Muitas morreram. O terreno era seco, exposto ao vento, difícil, sem morador fixo que pudesse cuidar diariamente das plantas. A natureza da Abreulândia ainda era hostil para qualquer tentativa de cultivo. A terra exigia presença constante, água, proteção, paciência e trabalho.

Essa dificuldade reforçava uma preocupação recorrente no depoimento: a casa ficava fechada quando José Álvaro ia embora. Ele temia que alguém quebrasse, invadisse ou roubasse. A Abreulândia ainda era isolada demais para ficar desprotegida. Sua presença física era intermitente, porque ele precisava voltar a Fortaleza, mas sua intenção era permanente. Daí a necessidade de encontrar alguém que pudesse permanecer ali, zelar pela casa e funcionar como presença humana contínua.

Foi nesse contexto que apareceu **Manoel**, depois conhecido como **Manoel Pedreiro**. Na época, ele ainda não era pedreiro. Havia chegado do interior e não tinha onde morar. José Álvaro aproveitou a situação e o colocou na Abreulândia com a família. Manoel passou uma temporada no local, ajudando a dar vida e vigilância àquele espaço ainda muito deserto.

A presença de Manoel mostra como a ocupação inicial da Abreulândia se deu de forma prática, humana e progressiva. José Álvaro precisava de moradores; pessoas sem moradia precisavam de lugar. Dessa relação surgiam pequenas permanências, tentativas de fixação e os primeiros sinais de comunidade. Ainda assim, o próprio José Álvaro descreve a região como um deserto abandonado, triste, sem estrada e com um "areal monstruoso". Quem ia até lá sentia medo da subida das dunas, especialmente pela arrancada forte que ele precisava dar no veículo para vencer o morro.

Mais tarde, José Álvaro conseguiu outro morador: **Júlio Benedito dos Santos**. Júlio, no depoimento, aparece inicialmente como um homem simples, rude, difícil, mas que se tornaria uma figura essencial na história da Abreulândia. Com o tempo, ele passou a ser o principal vigia, informante e homem de confiança de José Álvaro no território. Era ele quem permanecia, observava, comunicava invasões, cercas, conflitos e movimentações suspeitas. A relação entre os dois se aprofundaria tanto que, em outro trecho do depoimento, José Álvaro chegaria a dizer que Júlio era quase como um filho para ele.

Assim, a primeira casa da Abreulândia não deve ser compreendida apenas como uma edificação isolada. Ela foi o centro inicial de uma cadeia de acontecimentos: a nomeação da praia, a tentativa de plantio, o serviço topográfico, o requerimento oficial, a chegada dos primeiros moradores, a atração de pescadores, a formação de pequenas moradias, a necessidade de proteção e, depois, os grandes conflitos de posse.

A casa era pequena, mas inaugurava uma presença. Era frágil diante do vento, da areia e do isolamento, mas forte como marco histórico. Ao seu redor se formaria a narrativa da Abreulândia: primeiro como abrigo de José Álvaro e sua família; depois como referência para moradores e pescadores; mais tarde como ponto central de uma disputa maior envolvendo terras, estrada, energia, colônias de férias, documentos, justiça e memória.

Foi também a partir dessa casa que José Álvaro passou a levar amigos e familiares para conhecer a praia. Muitos viam apenas dificuldade, distância, areia e risco. Ele via futuro. Convidava parentes e conhecidos para ocupar o lugar, dizia que aquilo um dia valeria muito, insistia que a Abreulândia seria uma maravilha. Poucos acreditavam. Mas a casa já estava lá, como prova material da convicção dele.

Por isso, o momento da construção da primeira casa e da escolha do nome **Praia da Abreulândia** é um dos pontos centrais de todo o depoimento. É o instante em que a visão de José Álvaro deixa de ser apenas uma lembrança da praia deserta de 1940 e se transforma em ato concreto de fundação. Ele não apenas reencontrou a praia. Ele a marcou, construiu nela, deu-lhe nome, tentou regularizá-la, plantou, levou moradores, chamou familiares e iniciou a longa luta para que aquele território fosse reconhecido como Abreulândia.

Na memória preservada pela fita K-7, a Abreulândia nasce assim: de uma casinha erguida com material carregado por jumentos e homens, no meio das dunas; de um nome dado em

homenagem aos Abreus; de uma presença familiar fincada em uma praia que, antes, José Álvaro descrevia como deserta; e de uma determinação pessoal que faria daquele lugar não apenas uma propriedade desejada, mas uma obra de vida.

Regularização, aforamento e o Domínio da União

À medida que a presença de José Álvaro de Abreu Filho na Abreulândia deixava de ser apenas uma ocupação inicial e começava a se transformar em permanência concreta, tornou-se necessário dar forma legal àquilo que, para ele, já existia na prática: a posse, a identificação territorial e o vínculo familiar com a área. A construção da primeira casa, a abertura de caminhos, a chegada de moradores, as tentativas de plantio e a circulação cada vez maior de pessoas faziam com que a Abreulândia passasse a existir não apenas como paisagem descoberta, mas como território em processo de consolidação.

Foi nesse contexto que José Álvaro procurou regularizar formalmente a área junto ao **Domínio da União**, por meio de processo de **aforamento**. No depoimento, esse tema aparece várias vezes, demonstrando que ele não tratava a Abreulândia apenas como uma posse de fato, sustentada pela presença física, pela construção da casa e pela ocupação familiar. Ele também buscava o reconhecimento jurídico da área, consciente de que se tratava de uma região litorânea, sujeita a normas específicas relativas a terrenos de marinha, acrescidos de marinha e domínio público federal.

José Álvaro demonstra, ao longo da gravação, compreender que a área não poderia ser tratada como uma terra comum do interior. Por estar em zona de praia, próxima ao mar, às dunas e à Barra do Rio Pacoti, havia a necessidade de lidar com o regime jurídico próprio das terras vinculadas à União. Ele menciona a ideia de **terreno de marinha**, mas também distingue sua situação como área de **acrescido de marinha**, pertencente ao domínio da União e passível, segundo sua compreensão, de regularização por meio de aforamento.

Essa distinção é importante porque revela que sua luta pela Abreulândia não se limitava à resistência física contra invasões, cercas ou adversários. Era também uma luta administrativa e documental. José Álvaro queria transformar sua posse, exercida desde os primeiros anos de ocupação, em uma situação juridicamente reconhecida. Para isso, mandou fazer planta, contratou serviço topográfico, marcou os limites do terreno e deu entrada nos requerimentos necessários.

Segundo seu relato, após alguns anos de ocupação, ele chamou um engenheiro para realizar o levantamento topográfico. A área foi medida, delimitada e representada em planta. Com essa documentação, José Álvaro afirma ter requerido oficialmente o aforamento, "de acordo com a lei". Esse ponto é essencial: na visão dele, a Abreulândia não era uma aventura irregular, mas uma ocupação que ele procurou formalizar pelos meios legais disponíveis.

No entanto, o desenvolvimento da praia passou a despertar interesse de outras pessoas. José Álvaro afirma que, quando perceberam que a Abreulândia tinha futuro, começaram os obstáculos. A praia que antes parecia deserta, distante, sem estrada e sem valor aparente

começou a ser vista de outro modo à medida que surgiam caminhos, moradores, projetos de colônia de férias, possibilidade de energia elétrica, água e valorização imobiliária.

Nesse cenário, aparece como principal adversário **José Nelson de Alencar Lima**, citado por José Álvaro como proprietário de terras na região da **Lagoa da Precabura**, a certa distância da Abreulândia. Na narrativa do depoimento, José Nelson passa a representar o conflito entre a posse defendida por José Álvaro e interesses externos que, segundo ele, tentavam alcançar a área da praia.

O conflito não era apenas verbal. José Álvaro relata que houve tentativa de construção de uma cerca partindo de dentro de seu terreno em direção à beira da praia, interceptando inclusive a passagem para sua casa. Para ele, aquela cerca era uma agressão direta à sua posse e à sua circulação dentro da Abreulândia. Diante disso, afirma ter derrubado a cerca imediatamente, amparando-se no que chamou de **legítimo desforço possessório**, citando o **artigo 502 do Código Civil então vigente**.

Esse episódio mostra uma faceta importante de José Álvaro: ele não se via apenas como alguém defendendo emocionalmente um pedaço de terra, mas como alguém consciente de determinados instrumentos jurídicos. Ao mencionar artigo de lei, posse, manutenção, aforamento, confinantes, edital e impugnação, demonstra que acompanhava de perto os fundamentos legais de sua disputa. A Abreulândia, para ele, era uma causa jurídica tanto quanto familiar.

Após derrubar a cerca, José Álvaro afirma que moveu ação contra o responsável pela tentativa de invasão. A partir daí, a disputa se desdobrou em processos, audiências, testemunhas, perícias e decisões judiciais. O depoimento revela um percurso longo, cansativo e marcado por sucessivos embates administrativos e judiciais.

Nesse caminho, José Álvaro contou com o apoio de **José Ferreira de Assis**, conhecido como **Ferreirinha**, desembargador, natural de Ibiapina e amigo de infância de José Álvaro. A presença de José Ferreira de Assis é importante porque ele aparece no relato como alguém de confiança, que compreendia a situação e ajudou José Álvaro a buscar defesa qualificada. Foi por intermédio dele que José Álvaro chegou ao advogado **Dr. Aldy Mentor Couto Melo**, figura a quem se refere com grande admiração.

Segundo o depoimento, Dr. Aldy assumiu a condução jurídica da causa com firmeza. José Álvaro o descreve como um advogado de inteligência excepcional, alguém capaz de enfrentar a complexidade da disputa pela Abreulândia. O advogado passa a atuar em um caso que envolvia não apenas posse, mas também regularização perante o Domínio da União, impugnações administrativas, questionamentos de confinantes, alegações cartoriais e conflitos com terceiros interessados na valorização da área.

Um dos episódios mais delicados narrados por José Álvaro envolve um despacho que teria existido dentro do processo administrativo. Segundo ele, esse despacho afirmava que **nenhum confinante havia protestado no prazo regulamentar**. Para José Álvaro, tal informação era decisiva, pois indicaria que não havia oposição formal válida contra seu pedido dentro do prazo legal. No entanto, em momento posterior, ao tentar localizar novamente essa página no processo, ela teria desaparecido.

A narrativa desse desaparecimento é carregada de indignação. José Álvaro conta que, acompanhado de Dr. Aldy e de José Ferreira de Assis, pediu para examinar o processo. Ao procurar o despacho que já havia visto anteriormente, não encontrou a página. Interpretou o sumiço como uma manobra contra seus direitos. Para ele, a ausência daquele documento enfraquecia artificialmente sua posição e favorecia os opositores que tentavam impugnar seu aforamento.

A disputa acabou se deslocando para o Judiciário. José Álvaro afirma que o caso passou pela **Justiça Federal**, onde permaneceu por cerca de dois anos, com audiências, depoimentos de testemunhas e sucessivos adiamentos. Diversas pessoas que conheciam sua presença antiga na Abreulândia foram chamadas a depor. Segundo ele, todas disseram a verdade e confirmaram aspectos de sua ocupação.

Depois dessa fase, o juiz federal **Jesus Costa Lima** teria se declarado incompetente para julgar a matéria, entendendo que a causa deveria seguir para a **Justiça Comum**. O processo então foi remetido à esfera estadual e caiu na **Segunda Vara**, sob responsabilidade do juiz **José Sobral**, descrito por José Álvaro como homem honrado e criterioso. Diante das provas apresentadas, o juiz teria concedido uma **liminar** favorável a José Álvaro.

A concessão dessa liminar representou, no relato, um marco importante. José Álvaro passa a afirmar que estava "manutenido" na posse, isto é, protegido judicialmente contra novas tentativas de invasão ou turbação. A partir daí, quando outros moradores ou terceiros tentaram pedir manutenção de posse dentro da mesma área, ele argumenta que tais pedidos foram negados porque não seria possível conceder uma manutenção dentro de outra já existente.

Além das disputas judiciais, a regularização da Abreulândia também envolvia a definição dos limites territoriais e administrativos entre Fortaleza e Aquiraz. José Álvaro insistia que a faixa da praia pertencia a Fortaleza, enquanto certos documentos de opositores partiam de registros em Aquiraz, especialmente na região da Precabura. Essa distinção era fundamental, pois, segundo ele, havia tentativa de fazer escrituras ou certidões de terras da Precabura alcançarem indevidamente a área da Abreulândia até o mar.

Em outro trecho, ele relata ter ido ao cartório de Aquiraz e comparado uma certidão com a transcrição original do imóvel. A certidão mencionaria limite até o Oceano Atlântico, enquanto a transcrição original indicaria outro limite, sem alcançar a praia. Esse episódio reforça a preocupação de José Álvaro com a documentação fundiária e com possíveis adulterações ou interpretações indevidas de limites.

Assim, o processo de regularização da Abreulândia aparece no depoimento como uma luta em várias frentes. Havia a frente física, ligada à construção da casa, à presença de moradores e à defesa contra cercas e invasões. Havia a frente administrativa, relacionada ao Domínio da União, ao aforamento, aos editais e aos despachos do processo. Havia a frente judicial, com ações, liminares, testemunhas, perícias e recursos. E havia ainda a frente cartorial, envolvendo certidões, transcrições, limites e confrontações territoriais.

Para José Álvaro, todas essas frentes estavam conectadas. O que estava em jogo não era apenas a titularidade formal de uma área, mas o reconhecimento de uma história de

ocupação anterior, esforço pessoal e criação territorial. Ele se via como alguém que havia encontrado uma praia deserta, aberto caminho, construído a primeira casa, dado nome ao lugar, levado moradores, atraído infraestrutura e iniciado a transformação da região. Por isso, considerava injusto que, apenas depois da valorização da área, surgissem opositores tentando contestar aquilo que ele havia iniciado.

A regularização e o aforamento, portanto, representam um dos núcleos mais importantes da história da Abreulândia. São o momento em que a memória da descoberta e da ocupação precisa enfrentar o mundo dos documentos, dos órgãos públicos, dos cartórios e dos tribunais. Na voz de José Álvaro, esse processo é narrado como uma batalha longa, desgastante e quase interminável, mas também como prova de sua determinação.

Ele não queria apenas ter estado ali primeiro. Queria que isso fosse reconhecido. Não queria apenas que a família soubesse da história. Queria que a lei, os documentos e a Justiça confirmassem sua posse e sua ligação com a Abreulândia. Por isso, a luta pelo aforamento junto ao Domínio da União é inseparável da própria fundação da praia: foi a tentativa de transformar em direito formal aquilo que, para José Álvaro de Abreu Filho, já havia nascido na prática desde o dia em que colocou uma pedra no meio das dunas e decidiu que aquele lugar seria a Abreulândia.

A chegada da COFECO e a estratégia da infraestrutura

Um dos episódios mais decisivos da história narrada por **José Álvaro de Abreu Filho** é a chegada dos primeiros representantes ligados à companhia de eletrificação que, mais tarde, resultaria na instalação do **Clube da COFECO - Colônia de Férias dos Empregados da Coelce**. Esse momento é importante porque marca uma mudança profunda na trajetória da Abreulândia: até então, o lugar era sobretudo uma praia isolada, mantida pela insistência pessoal de José Álvaro, por sua pequena casa, por moradores de confiança e por acessos difíceis através de areia, dunas e veredas. Com a chegada da colônia de férias, a Abreulândia começaria a entrar em outra fase, mais visível, mais movimentada e mais cobiçada.

Segundo o depoimento, em determinado domingo, José Álvaro estava no **alpendre de sua casinha**, descansando em uma rede e contemplando a paisagem. A cena tem um caráter quase fundador dentro da narrativa: ele estava sozinho ou em ambiente de quietude, usufruindo aquilo que descrevia como a beleza e o encanto da Abreulândia, quando olhou na direção das dunas e viu dois homens caminhando em direção à casa. Eles vinham a pé, atravessando aquele cenário ainda difícil, sem estrada consolidada e sem urbanização. Quando se aproximaram, José Álvaro reconheceu **Dadinho**, ligado ao tio Jonas, acompanhado de **Abreu da CONEFOR**, funcionário que ficaria associado à futura instalação da colônia de férias.

Esse Abreu, embora carregasse o mesmo sobrenome, não pertencia à família de José Álvaro. O próprio narrador faz questão de esclarecer esse ponto, dizendo que se tratava de outro ramo, outra família Abreu. A observação é relevante porque demonstra que, para José Álvaro, o nome **Abreulândia** tinha origem familiar própria, ligada aos seus Abreus, e não

deveria ser confundido com a presença posterior de outro Abreu vinculado à companhia de eletrificação.

O objetivo da visita era claro: Abreu da CONEFOR procurava um local para instalar uma colônia de férias dos empregados da companhia; o **Clube da COFECO - Colônia de Férias dos Empregados da Coelce**. A COFECO, portanto, aparece no depoimento não como origem do lugar, mas como uma instituição que chegou depois, quando a Abreulândia já existia como nome, como casa, como posse e como projeto de José Álvaro.

A reação de José Álvaro foi imediata e estratégica. Ele percebeu que a presença de uma colônia de férias ligada a uma companhia forte poderia trazer aquilo que mais faltava à Abreulândia: **estrada, energia, movimento, reconhecimento e infraestrutura**. Até aquele momento, o maior obstáculo da praia era o isolamento. O acesso era penoso, a travessia das dunas era perigosa, os materiais chegavam com dificuldade, a casa ficava vulnerável quando ele retornava a Fortaleza, e poucos acreditavam que aquela praia pudesse, um dia, desenvolver-se. A chegada da companhia poderia mudar esse quadro.

No depoimento, José Álvaro diz que raciocinou de imediato: se levasse a CONEFOR para ali, logicamente ela levaria estrada e luz, e isso também o beneficiaria. Essa frase revela a inteligência prática de sua decisão. Ele não viu a colônia apenas como ocupação alheia; viu como instrumento de desenvolvimento territorial. Em vez de rejeitar a aproximação, procurou transformá-la em vantagem para a Abreulândia.

Naquele momento, José Álvaro já havia feito seu **serviço topográfico**. Já tinha planta, já havia marcado o terreno e já possuía uma noção organizada da área que reivindicava. Por isso, pôde falar aos visitantes não apenas como alguém que conhecia empiricamente a praia, mas como alguém que já havia dado início à delimitação formal do território. Ele explicou que havia área disponível e que poderiam marcar um terreno para a colônia. Segundo o relato, sobrava uma grande extensão em direção à **Barra do Rio Pacoti**, o que permitia pensar em uma ocupação ordenada.

Esse ponto é fundamental para compreender o papel de José Álvaro no desenvolvimento inicial da região. Ele não estava apenas cedendo informalmente uma porção de areia. Estava recebendo representantes de uma instituição, apresentando-lhes uma área, orientando a ocupação e tentando encaixar a instalação da colônia dentro de uma visão maior para a Abreulândia. A decisão de permitir a presença da COFECO, em sua leitura, fazia parte de uma estratégia de futuro.

José Álvaro também recorda que, naquela época, convidava parentes e conhecidos para ocuparem a Abreulândia, mas quase ninguém acreditava no potencial do lugar. Ele lamenta que familiares e amigos não tenham aceitado ocupar áreas que, anos depois, se tornariam valorizadas. Chega a dizer que quase “se ajoelhava aos pés” das pessoas, insistindo para que fossem para lá, dizendo que a Abreulândia era uma maravilha e que teria futuro. Porém, a maioria via apenas distância, areia, dificuldade e risco.

Entre esses episódios, ele menciona uma visita de **Aloísio**, que teria ido à Abreulândia, subido as dunas e, ao perceber o sacrifício do acesso, teria feito um relatório ao pai de José Álvaro dizendo que aquilo representava “perdas consideráveis”, pois jamais iria para frente. José Álvaro discordou frontalmente. Para ele, Aloísio não compreendia o potencial da área.

A resposta de José Álvaro revela sua convicção: a Abreulândia ainda iria evoluir, e quem não acreditava estava “por fora”.

Depois da primeira conversa, **Abreu da CONEFOR** levou a notícia à direção da COFECO e se reuniu com outros funcionários, entre eles um nome transcrito como **Jezamar**, que teria feito um bilhete para José Álvaro. Esse bilhete, segundo o depoimento, acabou se perdendo. José Álvaro lamenta profundamente a perda, porque, anos depois, quando surgiria a tentativa de mudar o nome **Abreulândia** para **Praia da COFECO**, aquele documento poderia servir como prova moral de que a COFECO havia chegado ali por intermédio dele e depois tentou apagar o nome que já existia.

Em seguida, José Álvaro levou os representantes à Abreulândia para marcar o terreno. Ele descreve que subiu pelas dunas e eles foram atrás, seguindo seu trilho. A imagem reforça uma hierarquia simbólica: José Álvaro conhecia o caminho, abria a passagem e guiava os recém-chegados. A colônia não chegou a um lugar pronto por conta própria; chegou seguindo o percurso que ele já havia construído com sua experiência e insistência.

Inicialmente, José Álvaro queria posicioná-los na parte norte da Abreulândia, em uma área que, segundo sua descrição, ficaria próxima de onde depois estaria a Telefônica. Seu plano era preservar a parte sul, que considerava mais valiosa, “o filé”, para que futuramente familiares, amigos ou outras pessoas pudessem ocupar. Essa observação mostra que ele já pensava o território de forma estratégica, distribuindo áreas conforme valor, acesso e potencial futuro.

No local, apresentou sua planta e indicou a área que poderiam ocupar. A fala atribuída a ele é direta: “Está aqui a minha planta, está aqui o terreno. Daqui para lá o senhor pode ocupar.” A partir daí, segundo o depoimento, eles começaram a agir. Havia algumas pequenas casas ou barracos próximos à beira do rio, cuja origem José Álvaro não sabia precisar. A COFECO teria indenizado ocupantes, cercado áreas, construído pequenas casas e erguido um galpão ou barracão próximo à barra, justamente em uma das partes mais bonitas da Abreulândia. Esse barracão seria o embrião do clube que mais tarde se consolidaria.

A presença da colônia trouxe mudança concreta. Novas casas foram feitas, estruturas surgiram, o movimento aumentou e a estrada começou a se tornar realidade. José Álvaro reconhece que a estrada foi uma das principais consequências da instalação da COFECO. Antes dela, chegar à Abreulândia exigia enfrentar dunas e areais. Com a colônia, abriu-se uma via, ainda precária, mas suficiente para alterar a dinâmica do lugar.

Ao mesmo tempo, ele ressalta que essa estrada passou por dentro de seu terreno e o cortou quase ao meio. Mesmo assim, enxergava a estrada como necessária. A Abreulândia precisava ser acessível para se desenvolver. A abertura da via, ainda que imperfeita, representava a passagem de um território isolado para um território em processo de integração com Fortaleza. A estrada era também símbolo de valorização: onde antes só havia trilho, areia e esforço, começava a haver circulação regular.

Na quarta parte do depoimento, porém, José Álvaro demonstra ressentimento com a forma como a COFECO passou a se comportar depois. Afirma que eles nunca cooperaram com ele como deveriam e que, embora tenham feito a estrada, ele também colaborou, inclusive

pagando trabalhadores do próprio bolso. Esse detalhe é importante porque a estrada, na narrativa dele, não foi um favor unilateral da colônia: foi resultado de um processo no qual José Álvaro também contribuiu e que só se tornou possível porque ele abrira caminho para a presença da COFECO na Abreulândia.

Depois da estrada, o problema seguinte era a **energia elétrica**. A estrada havia aberto o acesso, mas a Abreulândia ainda carecia de luz. A oportunidade surgiu de forma indireta, por meio de uma experiência com água. José Álvaro relata que, em uma de suas idas ou voltas da Abreulândia, encontrou um homem alto, de aparência que descreveu como "tipo alemão", cavando um poço próximo à estrada, antes da chegada à praia. O homem o reconheceu como "senhor Abreu" e pediu autorização para fazer uma experiência de poço no pé da duna, dentro da área da Abreulândia.

José Álvaro autorizou. O poço deu muita água. Em seguida, esse homem, acompanhado de outro e de um engenheiro que já teria sido capitão do Exército, foi à casa de José Álvaro explicar o projeto. A intenção era perfurar poços para a **COHAB - Companhia de Habitação Popular**, levando água dali em direção ao **Mondubim**. José Álvaro estranhou a ideia, observando que o Acarape passava mais perto do Mondubim e perguntando por que puxar água da Abreulândia. Mesmo assim, percebeu novamente uma oportunidade estratégica.

Para montar poços d'água na Abreulândia, seria necessário levar energia elétrica. E energia era exatamente o que faltava à praia. A partir daí, segundo seu depoimento, houve uma articulação entre a COHAB, a COFECO e a CONEFOR/COELCE, que também já tentavam viabilizar luz para a região. A empresa responsável pelo serviço aparece na transcrição como "Maestra Engenharia", grafia que ainda pode exigir confirmação. O importante, para a narrativa, é que a necessidade de alimentar os poços acabou servindo também ao projeto de eletrificação da Abreulândia.

De acordo com o relato, a rede elétrica teria custado 300 milhões de cruzeiros, e a COHAB teria entrado com 60 milhões. José Álvaro interpreta sua própria participação como equivalente a esse valor, porque sua "jogada" foi o terreno: ao permitir ou viabilizar o uso da área, teria contribuído materialmente para que a rede elétrica se tornasse possível.

Na visão dele, essa foi uma decisão que beneficiou toda a Abreulândia. A chegada da luz elétrica representava um salto de desenvolvimento. A praia, antes marcada pela escuridão, pela dificuldade de acesso e pelo isolamento, passava a contar com iluminação e infraestrutura básica. Ele afirma que a Abreulândia ficou "toda iluminada", com luz elétrica e água, elementos que alteravam definitivamente sua condição de praia remota.

Assim, a chegada da COFECO e os desdobramentos ligados à estrada, à energia e à água não devem ser vistos como acontecimentos isolados. Eles compõem uma etapa decisiva da transformação da Abreulândia. José Álvaro percebeu que, sozinho, enfrentaria enormes dificuldades para levar infraestrutura ao lugar. Por isso, adotou uma estratégia: atrair instituições capazes de gerar movimento e pressionar pela abertura de caminhos, redes e serviços. Primeiro veio a colônia dos empregados da companhia elétrica; depois, a Telefônica; depois, a articulação em torno dos poços e da rede elétrica.

Essa estratégia teve efeitos ambíguos. Por um lado, confirmou a visão de José Álvaro: a Abreulândia começou a crescer, recebeu estrada, luz, água, casas e movimento. Por outro lado, a valorização decorrente dessa infraestrutura aumentou a cobiça pela área, intensificou conflitos e abriu espaço para tentativas de apropriação simbólica, como a mudança do nome **Praia da Abreulândia** para **Praia da COFECO**. A instituição que ele havia ajudado a levar para lá, segundo sua percepção, mais tarde tentaria substituir o nome familiar por uma sigla institucional.

Por isso, esse momento é um dos mais complexos do depoimento. A COFECO aparece ao mesmo tempo como instrumento de desenvolvimento e como origem de futuras tensões. José Álvaro a atraiu porque via nela uma ponte para o progresso. Mas, ao perceber que a colônia passou a disputar a identidade do lugar, passou a vê-la também como ameaça à memória da Abreulândia.

Ainda assim, no conjunto da narrativa, a decisão de permitir a chegada da COFECO revela a inteligência territorial de José Álvaro. Ele compreendia que uma praia isolada não se consolidaria apenas com desejo familiar. Precisava de acesso, luz, água, presença institucional e circulação. Ao abrir espaço para a colônia de férias, ele buscou acelerar esse processo. A Abreulândia, que nascera de uma pedra colocada no meio das dunas e de uma pequena casa erguida com material transportado por jumentos e trabalhadores, começava a se transformar em uma localidade reconhecível, conectada e em crescimento.

Em última análise, a chegada da COFECO foi o ponto em que a Abreulândia começou a deixar de ser apenas a visão pessoal de José Álvaro para se tornar um território disputado por instituições, moradores, visitantes e interesses diversos. Foi o início da infraestrutura, mas também o início de uma nova etapa de conflitos. Para José Álvaro, porém, a lógica era clara: se a Abreulândia tinha de crescer, era preciso trazer forças capazes de puxar estrada, energia e movimento. E foi exatamente isso que ele tentou fazer.

A Telefônica e a ocupação das extremas

Depois da instalação da COFECO na Abreulândia, José Álvaro de Abreu Filho relata que uma nova instituição passou a se interessar pela região: a **Telefônica**. A chegada da Telefônica é apresentada por ele como mais uma etapa de sua estratégia de consolidação territorial da praia. Assim como havia acontecido com a COFECO, ele entendeu que a presença de uma entidade estruturada, com funcionários, colônia de férias, documentos, circulação e capacidade de articulação, poderia fortalecer a Abreulândia, ajudando a tirá-la do isolamento e tornando a área mais conhecida, frequentada e reconhecida.

No depoimento, José Álvaro conta que, algum tempo depois de a COFECO se instalar, chegaram à Abreulândia vários funcionários da Telefônica à sua procura. Eles buscavam um terreno para fazer uma colônia de férias. A forma como ele narra o episódio indica que essas pessoas chegaram quando a Abreulândia já não era mais apenas uma praia deserta, mas um lugar em processo de crescimento, cuja existência começava a chamar a atenção de grupos e instituições interessadas em lazer, praia, descanso e ocupação de fim de semana.

A reação de José Álvaro foi novamente estratégica. Ele raciocinou que, se a COFECO já representava uma força institucional de um lado, a Telefônica poderia representar outra força. Em suas palavras, a presença da Telefônica melhoraria a situação porque seriam “duas forças”. A expressão revela bem sua maneira de pensar: ele não via a instalação dessas colônias apenas como cessão de espaço, mas como parte de um plano maior de desenvolvimento. A Abreulândia precisava de presença, precisava de gente, precisava de estrada, precisava de reconhecimento. Quanto mais instituições se estabelecessem ali, mais difícil seria que a praia continuasse invisível ou abandonada.

Assim, José Álvaro decidiu posicionar a Telefônica em uma das extremidades de sua área. Segundo o relato, ele colocou a Telefônica “do outro lado”, na extrema oposta do terreno, de modo que ficaria uma instituição de um lado, outra instituição do outro, e ele permaneceria no meio, com sua área principal preservada. Em sua organização territorial, a Abreulândia passaria a ter a COFECO em uma extremidade, a Telefônica em outra, e a família Abreu no centro. Essa distribuição não era casual. Era uma forma de consolidar a ocupação lateral da região sem abrir mão do núcleo central que José Álvaro considerava mais diretamente ligado ao seu projeto familiar.

Essa ideia de manter a família Abreu no centro do território aparece em harmonia com outros trechos do depoimento. Desde o início, José Álvaro demonstrava o desejo de transformar a Abreulândia em espaço de reunião dos Abreus, lugar onde irmãos, filhos, sobrinhos e parentes poderiam construir casas, passar temporadas, celebrar encontros e manter vivo um centro familiar à beira-mar. Portanto, ao posicionar instituições nas extremidades, ele buscava ao mesmo tempo atrair desenvolvimento e preservar o coração da Abreulândia para sua família.

A Telefônica, nesse sentido, não aparece apenas como ocupante. Ela aparece como elemento de confirmação pública do nome e da existência da Abreulândia. Em outro ponto do depoimento, quando discute a tentativa da COFECO de impor a denominação “Praia da COFECO”, José Álvaro lembra que a Telefônica, localizada na Abreulândia, nunca fez questão de mudar o nome do lugar. Pelo contrário: segundo ele, os papéis timbrados da Telefônica usavam a designação **Praia da Abreulândia**, assim como jornais também se referiam ao local por esse nome. Para José Álvaro, esse era um argumento importante, pois demonstrava que uma instituição instalada ali reconhecia formalmente a denominação Abreulândia, sem tentar substituí-la por uma sigla própria.

Esse contraste é fundamental. Enquanto José Álvaro acusava setores da COFECO de tentarem alterar o nome da praia para “Praia da COFECO”, ele via na Telefônica uma postura diferente. A Telefônica, conforme sua lembrança, aceitava estar localizada na Abreulândia e usava esse nome em sua documentação. Desse modo, a instituição acabava funcionando, ainda que indiretamente, como uma espécie de testemunha administrativa da denominação defendida por ele. A presença da Telefônica reforçava a tese de que Abreulândia era o nome do território, e não apenas uma designação doméstica ou familiar.

No plano territorial, porém, a relação com a Telefônica não permaneceu isenta de conflitos. José Álvaro afirma que, com o passar do tempo, os ocupantes ligados à Telefônica começaram a avançar sobre seu terreno de forma gradual, “na surdina”, deslocando cercas

e ampliando limites. O avanço, segundo ele, não ocorreu de uma só vez, mas por pequenos movimentos sucessivos, aqui e acolá, até se transformar em um problema maior.

Nos dois anos anteriores à gravação de 1976, a situação teria se agravado. José Álvaro menciona um administrador da área da Telefônica, a quem atribui postura agressiva e desrespeitosa. Segundo o depoimento, quando ele protestou contra o avanço sobre seu terreno, o administrador teria respondido que avançaria ainda mais. Essa reação levou José Álvaro a procurar seu advogado e entrar com um **embargo**. A Justiça teria despachado favoravelmente, mas, ainda segundo ele, a determinação não teria sido obedecida.

A disputa então passou ao campo técnico. Foi nomeado um perito, e as partes também indicaram seus próprios peritos. A realização da perícia confirmou, segundo José Álvaro, que havia avanço sobre sua área. O laudo teria constatado uma invasão de quase **quatro hectares** dentro do terreno por ele reivindicado. José Álvaro acrescenta que, se a medição fosse feita com todo o rigor que ele considerava correto, o avanço poderia chegar a cerca de **oito hectares**, mas afirma que não queria ampliar ainda mais os problemas.

Esse ponto revela uma mudança importante no processo de ocupação da Abreulândia. Aquilo que, no início, havia sido pensado por José Álvaro como estratégia de fortalecimento - trazer instituições para as extremidades - passou também a gerar novas disputas de limite. A presença da Telefônica, inicialmente vista como força positiva, converteu-se em mais uma frente de tensão possessória. Como ocorreria em outros casos, a valorização da área e o crescimento da praia acabaram estimulando avanços, contestações e conflitos.

Mesmo assim, a Telefônica ocupa lugar ambíguo no depoimento. De um lado, ela é lembrada como instituição que ajudava a consolidar a Abreulândia e que reconhecia o nome da praia em seus papéis timbrados. De outro, é associada a uma disputa concreta de limites, avanço de cercas, embargo judicial e perícia técnica. Essa ambiguidade expressa bem a própria história da Abreulândia narrada por José Álvaro: cada avanço de infraestrutura e reconhecimento trazia também novos interesses, novas pressões e novas disputas.

A estratégia de José Álvaro, portanto, era sofisticada, mas arriscada. Ao permitir que instituições se instalassem nas extremidades, ele buscava criar uma espécie de cinturão de presença formal ao redor da área central dos Abreus. COFECO e Telefônica funcionariam como polos de ocupação, ajudando a abrir caminho, atrair circulação e dar visibilidade à praia. No entanto, uma vez instaladas, essas instituições também passavam a ter seus próprios interesses, seus administradores, seus limites físicos, suas cercas e suas pretensões de expansão.

A ocupação das extremas revela, assim, a passagem da Abreulândia de uma praia isolada para uma área em disputa organizada. No período inicial, o desafio era chegar, construir, permanecer e nomear. Depois, o desafio passou a ser ordenar o crescimento, controlar os limites, preservar a área familiar e impedir que instituições ou terceiros avançassem sobre o território que José Álvaro considerava seu. A Telefônica entra exatamente nessa segunda fase: a fase em que a Abreulândia já tinha valor suficiente para atrair forças externas, mas ainda exigia defesa constante.

Há também um aspecto simbólico importante. Ao dizer que ficou “um lado na esquerda e outro na direita” e ele “no meio”, José Álvaro oferece uma imagem quase geopolítica da Abreulândia. O centro não era apenas uma posição física; era o lugar da origem, da casa, da família, da memória e da autoridade moral sobre o território. As extremidades podiam receber instituições. O centro, porém, continuaria sendo a Abreulândia dos Abreus.

Por isso, o episódio da Telefônica não deve ser entendido apenas como uma cessão de terreno para uma colônia de férias. Ele sintetiza uma etapa fundamental da visão de José Álvaro: desenvolver sem perder o controle, atrair forças externas sem apagar a origem familiar, permitir a presença de instituições sem aceitar que elas se tornassem donas simbólicas ou territoriais da praia. A Telefônica, ao mesmo tempo em que ajudava a dar reconhecimento ao nome Abreulândia, também testava os limites da posse e obrigava José Álvaro a recorrer novamente à Justiça.

No conjunto do depoimento, esse momento confirma uma ideia recorrente: a Abreulândia crescia porque José Álvaro acreditava nela antes dos outros e porque soube atrair pessoas e instituições para lá. Mas, justamente por crescer, a Abreulândia se tornava alvo de avanços, disputas e tentativas de apropriação. A presença da Telefônica nas extremas é uma das expressões mais claras dessa contradição: foi sinal de desenvolvimento e reconhecimento, mas também origem de mais uma batalha pela preservação do território central da família Abreu.

A disputa judicial e o desaparecimento de peça do processo

O processo de aforamento da Abreulândia e as disputas possessórias em torno da área não foram, segundo José Álvaro de Abreu Filho, episódios simples ou passageiros. Ao contrário, em seu depoimento de 24 de agosto de 1976, ele descreve essa fase como uma luta longa, desgastante e marcada por obstáculos administrativos, impugnações, audiências, testemunhas, perícias, conflitos de posse e uma permanente sensação de que sua regularização era retardada justamente porque a Abreulândia começava a se valorizar.

Para José Álvaro, o ponto central da questão era transformar em reconhecimento legal aquilo que ele afirmava já exercer na prática havia anos: a posse de uma área descoberta, ocupada, nomeada, trabalhada e defendida por ele. A Abreulândia já tinha casa, nome, moradores, planta topográfica, circulação de pessoas, presença da COFECO, início de estrada, perspectiva de energia e interesse crescente de terceiros. Por isso, o aforamento junto ao Domínio da União representava, para ele, a consolidação jurídica de uma história que começara muito antes, ainda em 1940, quando avistou e marcou aquela praia deserta.

Segundo o relato, José Álvaro havia dado entrada no processo de aforamento de forma regular, com planta, levantamento e requerimento. Em determinado momento, teria havido publicação de edital no Diário Oficial, abrindo prazo para eventuais confinantes apresentarem protesto. Esse ponto era decisivo: José Álvaro afirma que existia nos autos um despacho reconhecendo que **nenhum confinante havia protestado dentro do prazo**

regulamentar. Para ele, esse despacho assegurava seu direito, pois indicava que a fase de contestação havia transcorrido sem oposição válida.

Esse despacho passou a ser, na memória de José Álvaro, uma peça fundamental do processo. Ele se lembrava de tê-lo lido. Disse inclusive ter comentado o teor do despacho com amigos, entre eles **José Ferreira de Assis**, o Ferreirinha, desembargador, natural de Ibiapina e amigo de infância, que acompanhava a causa com atenção. Na compreensão de José Álvaro, se não havia protesto de confinantes no prazo legal, não haveria motivo para impedir o avanço do aforamento.

No entanto, a situação mudaria com o recebimento de um ofício assinado por **César Pamplona**, impugnando o aforamento. José Álvaro recebeu o documento e foi pessoalmente ao órgão competente para questionar a decisão. Diante de Pamplona, argumentou que a impugnação não poderia ser aceita, justamente porque já havia no processo aquele despacho anterior reconhecendo a ausência de protesto no prazo regulamentar. Pamplona, segundo o depoimento, disse não conhecer tal despacho e mandou buscar o processo.

Quando o processo chegou, José Álvaro o abriu e localizou a peça. Mostrou o despacho a Pamplona e insistiu que ali estava a prova de que a impugnação não deveria prosperar. Pamplona teria reconhecido a existência do documento, mas respondeu que já havia aceitado a petição de impugnação e que, a partir dali, a questão teria de ser resolvida na Justiça. José Álvaro saiu dali contrariado. Para ele, era como se uma etapa administrativa já vencida estivesse sendo reaberta indevidamente, obrigando-o a enfrentar mais uma longa batalha judicial.

Poucos dias depois, José Álvaro retornou ao órgão acompanhado de seu advogado, **Dr. Aldy Mentor Couto Melo**, e de **José Ferreira de Assis**. A ida tinha um objetivo específico: consultar informações relacionadas a um dos terrenos que, segundo o relato, teria sido invadido e colocado em nome de uma filha de José Nelson de Alencar Lima. O processo foi novamente trazido à sala. No entanto, desta vez, Pamplona não o entregou diretamente ao advogado; ele mesmo abriu os autos e retirou a informação solicitada.

Nesse momento, José Ferreira de Assis, sentado ao lado de José Álvaro, cochichou algo que reacendeu a atenção de ambos: perguntou pelo despacho de que José Álvaro tanto falava. A pergunta levou José Álvaro a se levantar, pedir licença e examinar o processo. Folheou página por página em busca do documento. Foi avançando pelos autos até chegar ao fim. A página não estava mais lá. O despacho havia desaparecido.

A reação de José Álvaro foi imediata e indignada. Segundo ele, bateu com força na mesa e perguntou onde estava a página do processo. A cena, tal como narrada no depoimento, é carregada de tensão: ele se vê diante da ausência de uma peça que considerava decisiva para seu direito, enquanto os homens presentes percebem a gravidade do ocorrido. José Ferreira de Assis o cutuca discretamente por baixo, pedindo que se controlasse. José Álvaro então modera o tom, mas deixa registrada sua inconformidade: não aceitava que uma página desaparecesse de um processo administrativo em que se discutia uma área tão importante para sua vida.

Para José Álvaro, aquele desaparecimento não era mero extravio burocrático. Em sua interpretação, tratava-se de uma manobra contra sua regularização. O documento que confirmava a ausência de protesto dos confinantes desaparecia justamente quando uma impugnação era aceita. A peça que, segundo ele, poderia encerrar ou fortalecer sua posição administrativa sumia no momento em que a disputa começava a se deslocar para a Justiça. Por isso, esse episódio assume no depoimento um valor simbólico muito forte: representa, para ele, a passagem da luta administrativa para uma luta judicial mais dura, mais longa e mais desgastante.

Dr. Aldy Mentor Couto Melo, percebendo a gravidade da situação, tomou apontamentos. José Álvaro relata que o advogado entendeu o que havia acontecido e, em seguida, levou a questão à Justiça. A partir daí, a disputa em torno da Abreulândia entrou em uma nova fase. O caso foi encaminhado à **Justiça Federal**, onde, segundo José Álvaro, se arrastou por aproximadamente dois anos.

A fase federal foi descrita como lenta e cansativa. Testemunhas eram chamadas, compareciam, mas muitas vezes as audiências eram adiadas. Pessoas que conheciam José Álvaro havia muitos anos precisavam se deslocar, perder tempo, reorganizar compromissos e aguardar novos prazos. Ele menciona seis testemunhas, todas, segundo sua lembrança, ouvidas ao longo do processo. Para ele, essas testemunhas disseram a verdade e confirmaram os elementos essenciais de sua história: sua presença antiga, sua ocupação, sua relação com a Abreulândia e os fatos que sustentavam sua posse.

Esse trecho revela o peso humano da disputa. Não se tratava apenas de papéis, mapas e certidões. Cada audiência envolvia pessoas, deslocamentos, esperas e frustrações. José Álvaro precisava convencer amigos e conhecidos a testemunhar, marcar horários, buscá-los, levá-los, acompanhar o andamento. O processo consumia tempo, energia, dinheiro e paciência. Em sua fala, a repetição de adiamentos e oitivas transmite a sensação de uma engrenagem pesada, em que a busca por reconhecimento jurídico exigia resistência quase cotidiana.

Ao final dessa etapa, o juiz federal **Jesus Costa Lima** teria se declarado incompetente para julgar a causa, entendendo que a questão pertencia à alçada da Justiça Comum. Assim, depois de anos de tramitação, depoimentos e expectativa, a disputa precisou recomeçar em outra esfera. O processo foi remetido à Justiça Estadual. Para José Álvaro, isso significava novo percurso, novas audiências, novas demoras e novamente a necessidade de ouvir testemunhas.

Na Justiça Comum, a causa caiu na **Segunda Vara**, sob responsabilidade do juiz **José Sobral**, a quem José Álvaro se refere de maneira respeitosa, descrevendo-o como homem honrado, criterioso e correto. Diante das provas existentes no processo, o juiz teria concedido uma **liminar** favorável a José Álvaro. Essa decisão representou, no relato, uma vitória importante, pois confirmava judicialmente, ainda que de forma provisória, a força de sua posse e de seus argumentos.

Mesmo com a liminar, a disputa não terminou. As testemunhas tiveram de ser ouvidas novamente. O mesmo esforço se repetiu: convocar pessoas, garantir comparecimento, lidar com adiamentos, esperar prazos e acompanhar atos processuais. José Álvaro descreve

essa repetição como um “mesmo beabá”, expressão que traduz o cansaço de ter de provar novamente aquilo que ele acreditava já estar suficientemente demonstrado.

Ainda assim, a liminar da Segunda Vara é apresentada como marco favorável. A partir dela, José Álvaro passa a se referir em outros trechos ao fato de estar “manutenido” na posse. Essa condição era relevante porque, quando moradores ou terceiros tentavam entrar na Justiça alegando posse dentro da mesma área, ele sustentava que não seria possível conceder uma manutenção de posse dentro de outra já reconhecida. A liminar, portanto, não apenas reforçava sua posição contra José Nelson de Alencar Lima, mas também servia como proteção contra novas tentativas de ocupação ou contestação.

O desaparecimento da página do processo, nesse contexto, torna-se um episódio-chave para compreender o sentimento de José Álvaro diante da burocracia. Ele se via como alguém que havia feito tudo dentro da lei: descobriu, ocupou, construiu, mediu, requereu, publicou edital, aguardou prazo e buscou aforamento. Quando surge uma impugnação, ele aponta a existência de um despacho que, em sua visão, deveria impedir o retrocesso. Mas, quando retorna com advogado e testemunha qualificada, o despacho não está mais nos autos. O que para um observador externo poderia parecer apenas irregularidade administrativa, para José Álvaro era sinal de perseguição, de manobra e de injustiça.

Esse episódio também ajuda a explicar o tom emocional do depoimento. Ao longo da gravação, José Álvaro alterna memória familiar, narrativa jurídica, indignação, ironia, esperança e ressentimento. A Abreulândia, para ele, era uma obra de vida, mas também uma batalha contra forças que surgiram depois que a praia começou a ter valor. O desaparecimento de uma peça processual condensava essa percepção: enquanto ele lutava para formalizar um direito que julgava legítimo, outros tentariam retardar, confundir ou enfraquecer sua posição.

A disputa judicial, portanto, não deve ser lida como um capítulo separado da história da Abreulândia. Ela faz parte da própria fundação do lugar. A praia não foi apenas descoberta, nomeada e ocupada; ela precisou ser defendida em processos, audiências e documentos. O nome Abreulândia, a casa, a estrada, a presença da família, os moradores e as instituições que chegaram depois estavam todos atravessados por essa luta legal.

Na narrativa de José Álvaro, o desaparecimento da página foi uma ferida documental. Mas a ida à Justiça, a atuação de Dr. Aldy Mentor Couto Melo, o apoio de José Ferreira de Assis, o depoimento das testemunhas, a remessa da Justiça Federal para a Justiça Comum e a liminar concedida pelo juiz José Sobral formam a resposta institucional que ele conseguiu construir. Foi assim que a defesa da Abreulândia saiu do terreno físico das dunas e cercas para o terreno jurídico dos autos, despachos, audiências e decisões.

Esse momento revela, acima de tudo, a persistência de José Álvaro. Ele não abandonou a área diante da impugnação. Não aceitou passivamente o desaparecimento da página. Não desistiu quando a Justiça Federal se declarou incompetente. Não recuou diante da necessidade de reiniciar a discussão na Justiça Comum. Ao contrário, seguiu reunindo provas, levando testemunhas, acionando advogado e buscando a decisão que confirmasse sua posse.

Para ele, a regularização da Abreulândia era a etapa necessária para que a história iniciada nas dunas se tornasse direito reconhecido. A pedra colocada como marco em 1940, a primeira casa erguida com sacrifício, o nome Praia da Abreulândia, a chegada dos moradores, a COFECO, a Telefônica, a estrada e a energia precisavam encontrar, nos documentos e na Justiça, uma confirmação formal. A disputa judicial e o desaparecimento da peça do processo mostram justamente essa travessia: da memória e da presença física para a prova, o processo e a luta pela legitimidade.

Cartório de Aquiraz, certidões e limites territoriais

Um dos trechos de maior valor documental no depoimento de **José Álvaro de Abreu Filho** é aquele em que ele narra sua ida ao **Cartório de Aquiraz** para verificar documentos relacionados às terras atribuídas a **José Nelson de Alencar Lima**, seu principal opositor nas disputas em torno da Abreulândia. Esse episódio é importante porque desloca a narrativa do campo da posse física - cercas, moradores, caminhos e ocupação - para o campo dos documentos cartoriais, das certidões, das transcrições imobiliárias e da interpretação dos limites territoriais entre **Fortaleza** e **Aquiraz**.

Segundo José Álvaro, o alerta veio de **Abreu da CONEFOR**, ligado ao futuro **Clube da COFECO - Colônia de Férias dos Empregados da Coelce**. Em determinado momento, Abreu teria chamado sua atenção para o fato de que José Nelson estaria em Aquiraz "adulterando as escrituras". José Álvaro afirma que, de início, não deu tanta importância ao aviso, porque tinha convicção da localização da Abreulândia e da diferença entre a área de praia que defendia e as terras da **Precabura** ligadas a Aquiraz. Ainda assim, a informação passou a pesar dentro da disputa, pois indicava que o conflito não se limitava mais à presença no terreno: havia também uma batalha documental sendo travada nos registros públicos.

Nesse ponto, José Álvaro faz uma explicação geográfica que considera essencial para compreender a controvérsia. Segundo sua leitura, das dunas para a beira da praia, a área pertencia ao município de **Fortaleza**. Para ele, a Abreulândia era, nesse sentido, uma continuação natural da **Praia do Futuro**, embora o acesso direto por essa faixa fosse dificultado pela inexistência de uma ponte sobre o **Rio Cocó**. Por isso, quem desejava chegar à Abreulândia precisava fazer uma volta maior pela região da **Lagoa Redonda**. Já das dunas até o meio da **Lagoa da Precabura**, a área corresponderia ao município de **Aquiraz**. E, do meio da Lagoa da Precabura em direção à Lagoa Redonda, o território voltaria a se vincular a **Messejana**, então compreendida por ele como parte de Fortaleza.

Essa explicação era fundamental para sua defesa. José Álvaro sustentava que a praia propriamente dita - a faixa das dunas para o mar, onde estava a Abreulândia - não poderia ser alcançada por documentos referentes a uma gleba situada na Precabura, em Aquiraz. A disputa, portanto, envolvia mais do que uma briga de vizinhos ou uma divergência de ocupação. Envolvia uma questão de limites municipais, confrontações naturais e interpretação documental: até onde iam as terras da Precabura? Elas chegavam ou não ao Oceano Atlântico? Poderiam ou não atingir a praia onde José Álvaro havia construído sua casa, aberto caminho e nomeado a Abreulândia?

Segundo o depoimento, após anos de luta, foi realizada uma perícia judicial sobre as terras da Abreulândia. O engenheiro nomeado pelo juiz não era do Ceará e, por isso mesmo, na avaliação de José Álvaro, não conhecia previamente a região nem tinha vínculos locais. Ele o descreve como um homem correto, decente e imparcial. Essa perícia teria comprovado que **José Nelson nada possuía na área da praia**, reforçando a tese de José Álvaro de que as pretensões documentais de seu opositor não alcançavam a Abreulândia litorânea.

Foi nesse contexto que José Álvaro decidiu ir ao **Cartório de Aquiraz**. Aproveitando o processo que estava nas mãos de seu advogado, **Dr. Aldy Mentor Couto Melo**, ele examinou a documentação relacionada à planta de José Nelson. Ao consultar os papéis, deparou-se com uma certidão do cartório de Aquiraz. Teve então a curiosidade de anotar o número da certidão, os dados da folha e as referências necessárias para solicitar uma cópia semelhante.

A certidão mencionada por José Álvaro era a de número **4.644**. Segundo ele, o documento descrevia uma gleba de terra situada na **Precabura**, município de Aquiraz, e indicava como limite ao norte o **Oceano Atlântico**, fazendo referência à transcrição imobiliária nº **2.288**. Essa informação era decisiva: se a gleba de José Nelson realmente se limitasse ao norte com o Oceano Atlântico, poderia haver uma tentativa de justificar documentalmente a presença dele até a faixa de praia. Mas, para José Álvaro, essa confrontação era justamente o ponto suspeito.

Diante da certidão, José Álvaro pediu à funcionária do cartório que lhe mostrasse a transcrição original nº **2.288**, mencionada como base da certidão. A funcionária abriu um grande livro de registros. José Álvaro estava acompanhado de **João Batista Diogo de Siqueira**, chamado no depoimento de **João Diogo**, pai de **Francisco Antônio Diogo de Siqueira**, casado com **Silvia Marinho de Abreu**, filha de José Álvaro. João Batista Diogo de Siqueira aparece, portanto, como testemunha direta desse momento de conferência documental no cartório.

Ao comparar a certidão com a transcrição original, José Álvaro afirma ter constatado uma divergência grave. A certidão dizia que a gleba ia ao norte até o Oceano Atlântico, mas, ao examinar a transcrição nº 2.288, ele e João Batista Diogo de Siqueira teriam verificado que o texto original não mencionava o oceano. O limite indicado seria outro, relacionado ao pé do morro. Essa diferença mudava completamente o alcance da gleba. Uma coisa era uma propriedade limitada por um marco interior, no pé do morro; outra, muito diferente, era uma terra que se estendesse até o mar.

Para José Álvaro, aquela divergência demonstrava que algo estava errado. Ele pediu duas certidões e observou que uma não conferia com a outra. Sua indignação se dirigiu ao cartorário: como poderia existir uma certidão cujo conteúdo não correspondia à transcrição imobiliária original? O cartorário, segundo o depoimento, ficou constrangido e atribuiu a irregularidade a um antigo funcionário chamado **Edmundo Nogueira Lopes**, que teria trabalhado no cartório e, conforme a fala do próprio cartorário, praticado muitas irregularidades. Esse funcionário teria depois passado a trabalhar em **Pacajus**.

José Álvaro decidiu então procurar Edmundo Nogueira Lopes. Foi até Pacajus, encontrou-o trabalhando em cartório, chamou-o em particular e lhe mostrou as certidões. Perguntou como ele explicava aquela divergência. Segundo o relato, o homem ficou visivelmente

abalado e disse não se lembrar do caso. José Álvaro tentou obter dele uma declaração afirmando que havia sido lesado em sua boa-fé. No entanto, Edmundo hesitou. Para José Álvaro, ficou claro que, se assinasse tal declaração, o próprio funcionário poderia se comprometer e admitir participação ou responsabilidade na irregularidade.

Com ajuda de João Batista Diogo de Siqueira, José Álvaro chegou a preparar uma declaração, buscando atribuir a culpa a José Nelson. Contudo, ao refletir melhor, concluiu que a responsabilidade direta talvez recaísse também sobre quem havia feito a alteração ou produzido a certidão divergente no cartório. Ele ponderou que insistir nessa frente poderia prejudicar Edmundo Nogueira Lopes, que era pai de família, tinha filhos e poderia sofrer graves consequências. Além disso, José Álvaro temia criar mais um inimigo em uma disputa que já se mostrava pesada, longa e cheia de adversários. Por essa razão, decidiu abandonar aquela linha de enfrentamento.

Esse episódio é especialmente importante porque mostra a complexidade da luta pela Abreulândia. Não se tratava apenas de alguém cercando um terreno ou alegando posse. Havia, segundo José Álvaro, uma tentativa de deslocar no papel os limites de uma gleba da Precabura para fazê-la alcançar o mar. A certidão nº 4.644, ao mencionar limite até o Oceano Atlântico, poderia servir como instrumento para sustentar uma pretensão sobre a área de praia. A transcrição nº 2.288, porém, conforme ele afirma ter verificado, não autorizaria tal interpretação.

Na perspectiva de José Álvaro, essa diferença documental confirmava sua tese: **José Nelson de Alencar Lima não teria terras na praia da Abreulândia**. Suas terras estariam na região da Precabura, no município de Aquiraz, mas não se projetariam até a faixa litorânea de Fortaleza onde se localizava a Abreulândia. A perícia judicial, segundo ele, também teria reforçado essa conclusão, ao comprovar que José Nelson nada possuía na praia.

Nesse mesmo ambiente de valorização, conflitos de limites e tentativa de aproximação da faixa litorânea, José Álvaro também cita **João Gentil Júnior**. A menção aparece no depoimento como parte das disputas territoriais posteriores, já em um momento em que a Abreulândia e seu entorno começavam a despertar maior interesse econômico e imobiliário. João Gentil Júnior, que posteriormente ficaria conhecido como idealizador do projeto **Porto das Dunas**, região associada ao desenvolvimento turístico e hoteleiro onde viria a se consolidar o complexo do **Beach Park**, surge no relato de José Álvaro não como personagem fundador da Abreulândia, mas como mais um agente inserido no contexto de expansão e valorização do litoral leste entre Fortaleza e Aquiraz.

Segundo José Álvaro, João Gentil Júnior teria comprado um terreno de Marinha que, em sua avaliação, “não tinha nada com a Abreulândia”. O problema, para José Álvaro, não seria a existência desse terreno em si, mas a tentativa de João Gentil Júnior de apresentar-se como **confinante** e, a partir disso, “se emburacar” na Abreulândia, isto é, criar uma via de aproximação ou reivindicação que pudesse alcançar a beira da praia. Na leitura de José Álvaro, tratava-se de mais uma tentativa de usar títulos, confrontações ou posições territoriais próximas para projetar direitos sobre uma área que ele considerava historicamente ligada à sua posse e à origem da Abreulândia.

A menção a João Gentil Júnior é relevante porque amplia o quadro da disputa. Até então, o conflito principal girava em torno de José Nelson de Alencar Lima, das certidões de Aquiraz e da tentativa de fazer uma gleba da Precabura alcançar indevidamente o Oceano Atlântico. Com João Gentil Júnior, aparece outro tipo de pressão: a de interessados ligados ao processo mais amplo de valorização imobiliária e turística do litoral. A Abreulândia, antes descrita por José Álvaro como uma praia deserta, sem estrada e sem moradores, começava a se tornar parte de um território maior de interesse econômico, situado entre Fortaleza, Sabiaguaba, Precabura, COFECO, Porto das Dunas e Aquiraz.

No depoimento, José Álvaro associa essa movimentação também à atuação de **Almeida**, morador ou permissionário que, segundo ele, vivia dentro de sua área com sua autorização, mas teria passado a favorecer interesses contrários aos seus. Almeida, conforme a narrativa, estaria “levando e trazendo conversa” e aproximando-se de João Gentil Júnior, o que aumentava a desconfiança de José Álvaro em relação às articulações locais. Para ele, essas conversas, alianças e pequenas movimentações eram sinais de que adversários e novos interessados procuravam explorar brechas para contestar sua posse ou enfraquecer sua autoridade sobre a Abreulândia.

A inclusão de João Gentil Júnior nesse contexto ajuda a compreender que a disputa pela Abreulândia não pode ser vista apenas como uma controvérsia familiar ou local. Ela se insere em um processo mais amplo de transformação do litoral leste cearense. A área que José Álvaro dizia ter encontrado praticamente deserta em 1940, e que por muito tempo poucos acreditavam ter futuro, começava a ser percebida por empresários, proprietários, instituições e investidores como zona de grande potencial. A proximidade com Fortaleza, a beleza natural, a faixa de praia, as dunas, a Lagoa da Precabura, a Barra do Rio Pacoti e o avanço posterior de projetos turísticos tornavam toda aquela região cada vez mais cobiçada.

Por isso, a referência a João Gentil Júnior deve ser lida com cuidado documental. Ela não significa que ele tenha participado da fundação ou da nomeação da Abreulândia, nem que tenha sido personagem central da primeira ocupação feita por José Álvaro. Sua importância está em outro ponto: ele aparece como sinal da nova fase da região, quando o litoral passou a atrair projetos, aquisições e pretensões territoriais que ultrapassavam a escala inicial da casa, dos moradores e da família Abreu. Em outras palavras, João Gentil Júnior entra na narrativa como personagem contextual da valorização regional, ligado ao movimento de expansão territorial que, anos depois, marcaria profundamente o entorno da Abreulândia e do Porto das Dunas.

Há, nesse trecho, uma distinção territorial que deve ser preservada com cuidado em qualquer publicação futura. Para José Álvaro, a Abreulândia não podia ser confundida com a Precabura nem com áreas interiores de Aquiraz. A praia, em sua compreensão, estava vinculada a Fortaleza e seguia como continuação da Praia do Futuro, separada desta apenas pela dificuldade de acesso direto causada pelo Rio Cocó. A Lagoa da Precabura funcionava como referência de limite e transição entre áreas municipais, mas não autorizava, segundo ele, que uma gleba interior fosse estendida até o Oceano Atlântico sem correspondência no registro original. Do mesmo modo, um terreno de Marinha adquirido por João Gentil Júnior, na leitura de José Álvaro, não poderia ser usado como fundamento para

avançar sobre a Abreulândia ou alcançar a faixa de praia que ele afirmava já estar sob sua posse e proteção.

Esse episódio também revela a importância de João Batista Diogo de Siqueira como testemunha familiar e documental. Ele não aparece apenas como parente ligado à família Abreu por casamento; aparece como alguém que esteve com José Álvaro no cartório, viu o livro de transcrição e testemunhou a divergência entre os documentos. Sua presença reforça o valor do relato, pois José Álvaro não se apresenta sozinho nesse momento: ele diz ter sido acompanhado por alguém capaz de confirmar a consulta.

Ao mesmo tempo, o episódio mostra a postura de José Álvaro diante das provas. Ele não se limitou a ouvir boatos de adulteração. Foi ao cartório, anotou número de certidão, pediu o livro, comparou documentos, tirou certidões, procurou o funcionário apontado como responsável e tentou obter declaração. Sua atuação revela uma busca ativa por elementos documentais capazes de sustentar sua defesa. A Abreulândia, para ele, precisava ser defendida não apenas na areia das dunas, mas também nas páginas dos livros de registro.

O caso do Cartório de Aquiraz é, portanto, um dos momentos mais fortes do depoimento porque permite identificar possíveis caminhos de investigação histórica: localizar a certidão nº 4.644, verificar a transcrição imobiliária nº 2.288, consultar livros antigos do Cartório de Aquiraz, examinar eventuais plantas atribuídas a José Nelson de Alencar Lima, buscar registros de perícias judiciais, levantar documentos relacionados a terrenos de Marinha citados no depoimento e comparar a descrição da gleba da Precabura com a delimitação da área da Abreulândia. Se esses documentos forem encontrados, poderão confirmar, esclarecer ou contextualizar de forma decisiva a disputa narrada por José Álvaro.

No conjunto da história, esse momento mostra que a Abreulândia era disputada em três dimensões simultâneas. A primeira era a dimensão física: a casa, as cercas, as dunas, a estrada, os coqueiros, os moradores. A segunda era a dimensão simbólica: o nome Abreulândia, a memória dos Abreus, a defesa contra a tentativa de substituição por Praia da COFECO. A terceira era a dimensão documental: certidões, transcrições, plantas, perícias, processos, terrenos de Marinha, limites municipais e tentativas de se apresentar como confinante.

É nessa terceira dimensão que o Cartório de Aquiraz se torna central. Ali, segundo José Álvaro, estava uma das chaves para desmontar a pretensão de José Nelson. Se a certidão dizia uma coisa e a transcrição original dizia outra, então a disputa pela Abreulândia passava também pela fidelidade dos documentos públicos. Para José Álvaro, a verdade da terra precisava aparecer no papel da mesma forma como ele a enxergava no terreno: a Abreulândia era praia de Fortaleza, marcada pelas dunas e pelo mar, e não extensão indevida de uma gleba da Precabura até o Oceano Atlântico.

Dessa forma, a ida ao Cartório de Aquiraz representa uma virada investigativa dentro do depoimento. José Álvaro deixa de ser apenas o fundador, ocupante e defensor físico da Abreulândia para aparecer também como pesquisador de sua própria causa. Ele busca documentos, confronta certidões, identifica divergências, procura testemunhas e observa a chegada de novos interessados à região. A luta pela Abreulândia, nesse ponto, torna-se uma luta pela precisão dos limites, pela integridade da memória documental e pela defesa

de uma faixa litorânea que, no decorrer das décadas, passaria a integrar uma das regiões mais valorizadas do litoral cearense.

Júlio Benedito dos Santos: morador, vigia e homem de confiança

Entre todos os personagens presentes no depoimento de **José Álvaro de Abreu Filho**, poucos aparecem com tanta força humana, dramática e simbólica quanto **Júlio Benedito dos Santos**. Ele não surge apenas como um morador da Abreulândia. No relato, Júlio representa a presença cotidiana, a vigilância permanente, a resistência física e a lealdade prática em um território ainda isolado, difícil de acessar e constantemente ameaçado por disputas de posse.

José Álvaro o descreve como um homem simples, rústico, de temperamento difícil, sem instrução formal e, muitas vezes, impulsivo. Ao mesmo tempo, deixa claro que Júlio foi indispensável para a manutenção da Abreulândia. Era ele quem permanecia no local quando José Álvaro precisava retornar a Fortaleza. Era ele quem vigiava a casa, observava movimentações suspeitas, avisava sobre cercas, barracos, invasões, ameaças e conflitos. Em uma praia ainda sem urbanização, sem vizinhança consolidada e sem presença regular do poder público, Júlio funcionava como os olhos e os braços de José Álvaro no território.

A relação entre os dois ultrapassava a simples relação entre proprietário e morador. José Álvaro reconhecia os defeitos de Júlio, suas alterações, seus excessos e sua rusticidade, mas falava dele com evidente afeto. Em determinado momento, chega a dizer que Júlio era, para ele, quase como um filho. Essa afirmação revela o grau de vínculo criado entre ambos ao longo dos anos. Júlio não tinha para onde ir, e José Álvaro parecia compreender isso. Por outro lado, José Álvaro também sabia que poucos homens teriam suportado permanecer tanto tempo em uma região tão isolada, enfrentando solidão, medo, conflitos e ameaças. Para ele, Júlio foi “o único que aguentou o galho” da Abreulândia.

O episódio mais marcante envolvendo Júlio ocorreu em **1968**, ano que José Álvaro recorda como particularmente difícil. Ele afirma que estava em situação financeira complicada, sem carro, dependendo de amigos, caronas ou empréstimos de jipe para conseguir ir à Abreulândia. Foi nesse contexto que se deu um confronto decisivo com **José Nelson de Alencar Lima**, um dos principais opositores de José Álvaro nas disputas pela área.

Segundo o relato, em uma manhã de domingo, José Nelson chegou à Abreulândia acompanhado de alguns homens. Entre eles estaria o **coronel João Alencar**, do Exército, possivelmente parente de José Nelson, além de outros acompanhantes que José Álvaro associa ao grupo adversário. Júlio estava próximo à casa, cuidando da área, limpando ou capinando junto aos coqueiros plantados por José Álvaro. Ao perceber a chegada do grupo e a tentativa de avançar sobre o local, Júlio reagiu.

A cena narrada por José Álvaro é tensa. José Nelson e seus acompanhantes teriam partido para cima de Júlio para desarmá-lo, pois ele portava uma peixeira. Ao mesmo tempo, teriam começado a danificar pequenos coqueiros pertencentes a José Álvaro. Júlio, sentindo-se

agredido e cercado, reagiu com violência. Feriu José Nelson com a peixeira e ainda teria atingido ou rasgado a camisa do coronel João Alencar durante a confusão. Em seguida, foi atacado por trás, derrubado, desarmado, espancado e levado preso. José Nelson, ferido, foi levado para atendimento, enquanto Júlio foi conduzido junto com o grupo, em meio ao tumulto.

José Álvaro não estava presente no momento do confronto. Ele chegou à Abreulândia por volta das dez horas da manhã daquele mesmo dia, sem saber o que havia acontecido. Encontrou a casa aberta, abandonada, galinhas soltas e nenhum sinal de Júlio. Passou o dia inquieto, sem compreender por que seu morador havia deixado tudo daquela forma. Somente no fim da tarde, quando se preparava para voltar, aproximou-se um conhecido, o velho **Joaquim**, montado a cavalo. Foi ele quem contou que Júlio havia sido preso depois de ferir José Nelson, e que José Nelson tinha sido levado em estado grave.

A partir daí, José Álvaro iniciou uma busca por Júlio. Percorreu delegacias, passou por Messejana, Lagoa Redonda e outros pontos, tentando descobrir para onde o haviam levado. À noite, já por volta de nove e meia, foi acompanhado de **José Ferreira de Assis**, o Ferreirinha, seu amigo de infância e importante aliado. Descobriu então que Júlio havia passado por uma delegacia, mas fora recambiado para **Aquiraz**, sob a alegação de que o caso pertenceria àquela jurisdição.

No dia seguinte, José Álvaro seguiu para Aquiraz para verificar a situação. Lá, tomou conhecimento do depoimento prestado contra Júlio e também contra ele próprio. Segundo o relato, o coronel João Alencar teria insinuado ou afirmado que José Álvaro mandara Júlio atacar José Nelson. José Álvaro rejeita essa acusação com veemência, argumentando que nem sequer sabia que José Nelson iria à Abreulândia naquele dia. Para ele, a acusação era absurda, pois não poderia prever a chegada do grupo nem ordenar uma reação a um fato que desconhecia.

A situação se tornou ainda mais dolorosa quando José Álvaro soube que alguns moradores ou ocupantes da própria área da Abreulândia, como **Batista** e **Almeida**, teriam servido de testemunhas contra ele. Esse detalhe aparece no depoimento como uma traição. Para José Álvaro, pessoas que estavam dentro de sua área, algumas com sua permissão, passaram a colaborar com seus opositores.

Ao chegar à cela para falar com Júlio, José Álvaro o encontrou ferido. Júlio estava sentado no chão, com a cabeça machucada, o braço lesionado, a camisa rasgada e marcas de pancadas pelo corpo. Havia sido espancado no confronto e apresentava sinais visíveis de agressão. José Álvaro tentou orientá-lo a dizer que havia reagido porque fora atacado. Mas Júlio, pela simplicidade e pela falta de malícia jurídica, não conseguia construir uma versão defensiva. Em vez de dizer que agira em legítima defesa, repetia de forma direta que havia reagido para valer. José Álvaro, percebendo a presença de um soldado e temendo que a fala prejudicasse Júlio, procurou contornar a situação.

Mesmo contrariado, José Álvaro não abandonou seu morador. Providenciou comida, biscoitos, cigarros, rede, roupas, lençóis e outros objetos pessoais. Foi à Abreulândia buscar pertences de Júlio e organizou ajuda para que ele recebesse alimentação. Em seguida, iniciou os esforços para tirá-lo da prisão. Com apoio de **José Ferreira de Assis** e

do advogado **Dr. Aldy Mentor Couto Melo**, conseguiu impetrar um **habeas corpus** e obter a liberdade de Júlio.

Depois da soltura, José Álvaro levou Júlio de volta à Abreulândia. Porém, temia que ele ficasse marcado pelos adversários e fosse assassinado em represália ao ferimento de José Nelson. Para protegê-lo, decidiu afastá-lo temporariamente do Ceará. Combinou com Júlio sua ida para o **Rio Grande do Norte**, à casa de seu compadre **Maurício**. Preparou sua mala, seus pertences e o enviou para lá com uma carta. Júlio permaneceu cerca de dois anos fora, embora tenha retornado a Fortaleza algumas vezes nesse período. Quando a situação esfriou, José Álvaro autorizou seu retorno definitivo à Abreulândia.

Esse retorno consolidou ainda mais a ligação entre os dois. Júlio voltou para a praia, reassumiu sua rotina, continuou bebendo ocasionalmente, provocando aborrecimentos e falando de maneira rude, mas permaneceu fiel ao território. José Álvaro afirma que, apesar de se irritar com ele, sabia que Júlio não sairia mais dali. Não tinha outro lugar para ir e, de alguma forma, pertencia àquela história. Ao mesmo tempo, continuava servindo como vigia, informante e defensor da área.

Outro episódio importante envolve um homem conhecido como **Zé da Negra**. Segundo o depoimento, Júlio foi até José Álvaro informar que esse homem estava fazendo uma cerca dentro da área. José Álvaro saiu com Júlio e buscou apoio da rádio-patrulha. O homem foi levado preso, mas solto no dia seguinte. Algum tempo depois, Júlio, montado em um jumento, passou próximo à casa de Zé da Negra. Em vez de seguir pela estrada, teria escolhido um caminho pelas dunas, passando perto do desafeto. Segundo José Álvaro, Zé da Negra o atacou por trás com um pedaço de pau, atingindo-o na cabeça e quase o matando.

Júlio apareceu ensanguentado na casa de José Álvaro, com ferimentos na cabeça e no braço. José Álvaro o levou para atendimento, fez curativos e tentou registrar queixa contra o agressor. No entanto, o caso tomou rumo inesperado. Zé da Negra teria ido a Aquiraz e apresentado uma versão contrária, alegando que Júlio era o agressor. Ao buscar providências na delegacia de Messejana, José Álvaro percebeu resistência da autoridade policial local, que passou a tratar Júlio como alguém que deveria ser preso por causa de um processo em Aquiraz.

Desconfiado, José Álvaro pediu autorização para verificar a informação em Aquiraz, acompanhado de um policial e da **Dra. Marietti**, amiga da família que fazia curso de polícia. Ao chegarem a Aquiraz, o delegado inicialmente informou que nada constava contra Júlio. No entanto, no cartório, descobriram a existência de um mandado de prisão. José Álvaro, que havia ido em busca de justiça para um homem ferido, acabou tendo de assistir à prisão do próprio Júlio.

Esse momento é um dos mais emocionais do depoimento. José Álvaro descreve sua tristeza ao levar Júlio à cadeia. Ferido, pobre, simples e sem recursos, Júlio entrou no xadrez e disse algo que marcou profundamente o narrador: “É isso mesmo, triste quem é pobre.” A frase, na memória de José Álvaro, sintetiza a injustiça social daquele episódio. O homem agredido acabava preso, enquanto o agressor permanecia livre.

Mais uma vez, José Álvaro assumiu a assistência material de Júlio. Levou comida, biscoitos, bolachas, pão, cigarros, doces e o que fosse necessário. Visitava-o todos os dias em Aquiraz. Júlio dividia os alimentos com outros presos, que, segundo o relato, passavam fome. A generosidade simples de Júlio, mesmo encarcerado, também aparece como traço de sua personalidade.

A prisão, porém, não durou o tempo previsto. Dr. Aldy Mentor Couto Melo conseguiu anular a decisão. José Álvaro afirma que a anulação ocorreu por unanimidade, com base no entendimento de que a Abreulândia pertencia à jurisdição de Fortaleza, e não de Aquiraz. O nome de Júlio, segundo ele, sequer permaneceu no rol dos culpados. José Álvaro recebeu o alvará de soltura no tribunal e, naquela mesma noite, por volta das dez horas, foi buscá-lo acompanhado do amigo **Paulo Souto**, já que estava sem carro. Foram no Volkswagen de Paulo até a cadeia.

A cena da libertação é narrada com detalhes quase cinematográficos. José Álvaro e Paulo Souto foram até a casa do carcereiro, acordaram-no, apresentaram a ordem judicial e seguiram para abrir a cela. Júlio estava dormindo. Ao ser chamado, levantou-se e ouviu de José Álvaro que iria embora naquele momento. Reuniu seus pertences e saiu. Os outros presos ficaram com saudade, principalmente porque Júlio dividia com eles a comida que recebia diariamente.

Depois disso, José Álvaro levou Júlio de volta, fazendo questão de mostrar aos moradores e opositores que aquele homem tinha amparo, proteção e patrão. O gesto tinha significado prático e simbólico. Não era apenas a volta de um morador à praia; era a reafirmação de que Júlio continuava ligado à Abreulândia e que José Álvaro não permitiria que ele fosse abandonado.

A presença de Júlio no depoimento revela muito sobre a Abreulândia dos primeiros tempos. Era uma região ainda sem garantias, onde a posse se sustentava pela presença física, pela vigilância, pela coragem e por relações pessoais de confiança. Antes de haver estrutura urbana, polícia próxima, estrada consolidada ou documentação plenamente resolvida, a permanência dependia de pessoas como Júlio: homens simples, duros, muitas vezes problemáticos, mas capazes de permanecer onde outros não ficavam.

Júlio também representa a dimensão social da história. A Abreulândia não foi construída apenas por atos formais, plantas, requerimentos e processos. Foi feita também por moradores pobres, trabalhadores, vigias, homens que dormiam no local, cuidavam da casa, enfrentavam ameaças e comunicavam invasões. José Álvaro era o idealizador, fundador e defensor jurídico da Abreulândia; Júlio era, em muitos momentos, sua presença física cotidiana.

Por isso, a história de Júlio Benedito dos Santos é inseparável da história da Abreulândia. Ele aparece como personagem imperfeito, mas essencial. Sua vida se mistura à luta pela posse, às disputas com José Nelson, aos conflitos com moradores, às idas à delegacia, aos habeas corpus, aos ferimentos, às prisões e aos retornos. Por meio dele, o depoimento revela a dureza de uma praia em formação, onde cada metro de terra precisava ser vigiado e onde a lealdade podia custar pancadas, cadeia e risco de morte.

Na memória de José Álvaro, Júlio não era apenas um empregado ou ocupante. Era alguém que resistiu com ele. Um homem que, apesar de suas limitações, permaneceu na Abreulândia quando a praia ainda era deserta, difícil e perigosa. E, justamente por isso, tornou-se uma das figuras mais marcantes da narrativa de fundação da Praia da Abreulândia.

Moradores, bodegas, o Abreulândia Drinks e o crescimento da praia

À medida que a **Abreulândia** deixava de ser apenas uma praia isolada, marcada pela casa de José Álvaro de Abreu Filho e pela presença de poucos moradores, começaram a surgir novas formas de ocupação: pescadores, pequenos barracos, moradores autorizados, comerciantes improvisados, bodegas e pontos de venda voltados aos frequentadores que passavam a procurar a praia nos fins de semana. Esse crescimento, embora confirmasse a visão de futuro que José Álvaro dizia ter desde os primeiros anos, também trouxe novas tensões. A praia que antes quase ninguém queria ocupar começava a despertar interesse, movimento e disputa.

No depoimento, José Álvaro mostra que esse processo ocorreu de maneira gradual e desordenada. Primeiro vieram os moradores ligados à necessidade de manter presença na área, como Manoel Pedreiro e Júlio Benedito dos Santos. Depois, com a estrada, a presença da COFECO, da Telefônica e o aumento da circulação, surgiram pessoas interessadas em abrir pequenos comércios ou fixar moradia. Algumas entraram com a permissão de José Álvaro; outras, segundo ele, passaram a avançar sem autorização ou a contestar sua autoridade sobre o terreno.

Entre esses personagens aparece **Luiz Hilário da Silva**, também conhecido como **Luiz Carvalho**, dono de uma bodega na região. Segundo José Álvaro, Luiz já possuía um pequeno comércio no caminho da Abreulândia, antes da praia, a mais de um quilômetro de distância. Quando percebeu que a Abreulândia começava a crescer e a receber mais frequentadores, aproximou-se da área e tentou instalar um novo barraco, uma espécie de botequim ou bodega, dentro da região controlada por José Álvaro. A princípio, José Álvaro resistiu. Porém, como naquela época ainda não havia comércio estruturado na praia, acabou permitindo a instalação, depois de muita insistência.

A construção inicial teria sido muito simples, feita de palha e paredes de taipa. Era um comércio rústico, adequado à precariedade da Abreulândia daquele momento. No entanto, segundo José Álvaro, durante uma de suas viagens, quando passou cerca de um mês fora, Luiz Hilário transformou o barraco em construção de alvenaria, sem sua autorização. Esse episódio aparece no depoimento como exemplo de um padrão que se repetiria outras vezes: alguém recebia permissão para uma ocupação modesta e provisória, mas, com o tempo, ampliava a construção, consolidava presença e passava a agir como se tivesse direito próprio sobre a área.

A bodega de Luiz Hilário cresceu junto com o movimento da praia. Os frequentadores passaram a se dirigir ao local para comprar cachaça, cerveja, comida e outros produtos. O comércio prosperou. José Álvaro reconhece que Luiz ganhou dinheiro com a movimentação da Abreulândia e melhorou de condição financeira. Ao mesmo tempo, passou a vê-lo como um problema, pois, segundo seu relato, o comerciante começou a incentivar outros moradores contra ele e a ampliar cada vez mais o prédio da bodega, sem autorização.

Esse tipo de situação gerava grande preocupação para José Álvaro. A Abreulândia estava em processo de valorização, mas ainda era juridicamente disputada. Cada barraco, cada bodega, cada cerca e cada nova construção poderia, no futuro, transformar-se em argumento de posse contra ele. Por isso, uma pequena permissão dada por necessidade ou conveniência podia se tornar um conflito. O que parecia inicialmente um gesto de tolerância - permitir que alguém vendesse bebidas ou alimentos em uma praia ainda sem estrutura - podia virar ameaça à posse principal.

No depoimento, José Álvaro afirma que alguns moradores que estavam dentro de sua área, inclusive com sua permissão, foram insuflados por adversários e chegaram a entrar na Justiça pedindo manutenção de posse sobre os locais onde haviam construído suas casas. Segundo ele, esses pedidos foram negados porque ele já estava judicialmente “manutenido” na posse. Ou seja, em sua compreensão, a Justiça já havia reconhecido sua proteção possessória sobre a área, e não faria sentido conceder uma manutenção de posse dentro de outra manutenção já existente. Esse ponto revela como a ocupação cotidiana da Abreulândia estava sempre ligada ao conflito jurídico maior.

Além de Luiz Hilário, José Álvaro menciona outros moradores ou permissionários que passaram a causar problemas, como **Almeida**, que teria recebido autorização para ocupar um espaço, mas depois, segundo o relato, incentivava outros a fazerem barracos, afirmando que a terra “não tinha dono” ou que era “da Marinha”. José Álvaro rejeitava essa interpretação. Para ele, o fato de a área estar vinculada ao domínio da União ou envolver terrenos de marinha não significava que qualquer pessoa pudesse ocupar livremente. Sua posse estava sendo discutida e defendida judicialmente, e ele buscava o aforamento legal.

Nesse ambiente de crescimento desordenado, José Álvaro decidiu criar uma estrutura própria para atender os visitantes da praia: o **Abreulândia Drinks**. O bar foi instalado na beira-mar, dentro da área que ele considerava sua, cerca de dois anos antes da gravação de 1976. Portanto, sua criação pode ser situada aproximadamente em meados da década de 1970. O objetivo, segundo ele, não era transformar o bar no centro econômico da Abreulândia, mas oferecer uma estrutura mínima, organizada e limpa para os frequentadores.

O **Abreulândia Drinks** aparece no depoimento como uma tentativa de qualificar a experiência da praia. José Álvaro queria que as pessoas que chegassem à Abreulândia encontrassem um lugar onde pudessem tomar um refrigerante, uma cerveja, usar banheiro, ouvir música e permanecer com algum conforto. Ele destaca a limpeza, o cuidado com o ambiente e a presença de música, especialmente discos da velha guarda e sambas. O bar, em sua visão, era um ponto de acolhimento, não apenas um comércio.

Esse cuidado revela algo importante sobre sua maneira de pensar a Abreulândia. José Álvaro não queria apenas manter a posse da terra; queria promover o lugar, criar uma

identidade, tornar a praia agradável e frequentável. O bar ajudava a transformar uma praia antes deserta em espaço social. Funcionava como ponto de encontro, referência para visitantes, apoio para famílias e símbolo de que a Abreulândia estava se organizando.

Apesar disso, José Álvaro afirma que o Abreulândia Drinks não lhe dava lucro. Pelo contrário: as despesas eram grandes. Havia empregados, manutenção, comida, bebidas e custos constantes. Ele relata também problemas com empregados que teriam se apropriado de dinheiro do bar. Em um episódio, diz ter flagrado um deles com dinheiro escondido no sapato. Mesmo assim, manteve o estabelecimento porque sua finalidade principal não era o ganho imediato, mas o atendimento ao público e a promoção da praia.

A existência do Abreulândia Drinks também gerou reação entre comerciantes já instalados, especialmente Luiz Hilário, que teria começado a ampliar sua bodega e criar uma espécie de bar ao lado, possivelmente para competir com a estrutura criada por José Álvaro. Assim, o comércio na Abreulândia passou a fazer parte da disputa territorial e simbólica. Não era apenas venda de bebida ou comida; era ocupação de espaço, atração de frequentadores, afirmação de presença e tentativa de influência sobre a vida social da praia.

José Álvaro tinha clareza de que o verdadeiro valor da Abreulândia não estava no bar. Ele afirma que não tinha grande interesse em “negócio de bar”, ainda que o bar fosse seu. Para ele, o valor real estava nos terrenos, que se valorizavam a cada dia. O bar era instrumento de apoio, promoção e ordenamento da praia; a terra era o patrimônio maior. Essa distinção é importante porque mostra que José Álvaro enxergava a Abreulândia em escala ampla: não apenas como um ponto comercial, mas como território de futuro, valorização, família, infraestrutura e desenvolvimento.

O crescimento da praia, portanto, trouxe uma contradição permanente. Por um lado, confirmava o acerto de sua visão: a Abreulândia atraía gente, comércio, instituições, visitantes e interesse econômico. Por outro, cada novo morador, cada bodega, cada barraco e cada construção criava risco de fragmentação da posse e de novas disputas. José Álvaro precisava estimular o movimento para consolidar a praia, mas também precisava controlar esse movimento para não perder o domínio sobre o território que afirmava ter descoberto, nomeado e desenvolvido.

A presença dos moradores e comerciantes também modificou a sociabilidade da Abreulândia. A praia deixou de ser apenas o espaço da casa isolada de José Álvaro, de sua família e de Júlio Benedito dos Santos. Passou a ter pontos de reunião, circulação de visitantes, bebidas, música, conversas, rivalidades e alianças. As bodegas se tornaram lugares de convivência, mas também, segundo o depoimento, de articulação contra José Álvaro. Em especial, ele via alguns desses estabelecimentos como locais onde adversários se reuniam, trocavam informações e estimulavam resistência à sua posse.

Nesse contexto, o Abreulândia Drinks funcionava também como contraponto. Era o espaço que José Álvaro podia apresentar como organizado, limpo e associado diretamente ao nome Abreulândia. Enquanto algumas bodegas surgiam de forma improvisada e, segundo ele, sem controle, o Abreulândia Drinks era pensado como uma extensão de seu projeto para a praia. O próprio nome do bar reforçava a denominação que ele defendia: **Abreulândia**. Cada frequentador que chegava ao bar entrava em contato com esse nome, ajudando a fixá-lo socialmente.

Assim, moradores, bodegas e o Abreulândia Drinks compõem uma etapa essencial da transformação da praia. É o momento em que a Abreulândia começa a ganhar vida cotidiana. Já não se trata apenas da descoberta em 1940, da construção da primeira casa, do aforamento ou da chegada das instituições. Trata-se da formação de um pequeno tecido social: pessoas morando, vendendo, bebendo, trabalhando, vigiando, frequentando, disputando e dando movimento ao lugar.

A partir desse crescimento, a Abreulândia se torna mais conhecida, mais desejada e mais problemática. A praia passa a ter valor não só pela beleza natural ou pela proximidade de Fortaleza, mas pela presença humana que começa a se formar. O desenvolvimento que José Álvaro tanto desejava vinha acompanhado de conflitos que ele talvez não pudesse evitar. O mesmo movimento que confirmava a promessa da Abreulândia também criava novas frentes de luta.

No depoimento, esse momento revela a tensão entre **colonizar** e **controlar**. José Álvaro queria povoar a Abreulândia, levar gente, dar vida, criar estrutura, atrair familiares e visitantes. Mas, ao permitir a entrada de moradores e comerciantes, precisava lidar com o risco de que alguns passassem a negar sua autoridade, contestar sua posse ou se aliar a adversários. A praia crescia, mas o crescimento exigia vigilância constante.

Por isso, a história das bodegas e do Abreulândia Drinks é mais do que um detalhe pitoresco. Ela mostra a passagem da Abreulândia de território pioneiro para espaço social em formação. Mostra como a praia começou a ter economia própria, ainda que rudimentar. Mostra como o nome Abreulândia passou a circular entre visitantes, comerciantes e frequentadores. E mostra, sobretudo, como José Álvaro tentava transformar uma ocupação familiar em localidade reconhecida, sem perder o comando sobre aquilo que via como obra de sua vida.

O acidente nas dunas e a dureza do acesso

O depoimento de **José Álvaro de Abreu Filho** não registra apenas disputas de posse, nomes de instituições, processos judiciais e episódios ligados à ocupação da Abreulândia. Ele também guarda cenas íntimas, familiares e profundamente reveladoras da dureza que era chegar e sair daquele lugar nos primeiros tempos. Entre essas lembranças, uma das mais fortes é o acidente ocorrido em uma noite de domingo, quando José Álvaro deixou a Abreulândia acompanhado da esposa, **Ruth Marinho Cavalcante**, e das filhas **Nadja Marinho de Abreu** e **Silvia Marinho de Abreu**. Na ocasião, Ruth estava grávida de **Etelvino Marinho de Abreu**, o Abreuzinho, que anos depois se tornaria conhecido artisticamente como **Abreu Marinho**.

A cena se passa em uma época anterior à consolidação da estrada. A Abreulândia ainda era um território de acesso difícil, marcado por dunas, areia fofa, veredas incertas e ausência de iluminação. Ir até lá exigia coragem, conhecimento da paisagem e um veículo capaz de enfrentar terreno pesado. Voltar de lá à noite era ainda mais arriscado. Mesmo para José Álvaro, que já conhecia bastante a região e tinha experiência atravessando aquele caminho, as dunas podiam confundir, especialmente na escuridão.

Naquela noite, ele saiu da casa da Abreulândia por volta das sete horas. O ambiente era de escuridão quase total. Não havia referências urbanas, postes, casas próximas ou estrada regular que orientasse o percurso. Havia apenas o farol do carro, o relevo irregular das dunas e a memória do caminho. José Álvaro conduzia uma **Rural antiga**, de tração nas quatro rodas, que ele descrevia como um carro forte, "de guerra", próprio para enfrentar areia e subida pesada. Ainda assim, nem mesmo um veículo assim eliminava os riscos daquele acesso.

Ao sair da casa, ele precisava ganhar velocidade. O terreno era todo de areia, e parar em determinados pontos significava atolar. Por isso, a saída exigia impulso, decisão e firmeza. José Álvaro subia uma duna, descia outra, contornava trechos instáveis e seguia tentando manter o rumo. Porém, naquela noite, em meio à escuridão e às ondulações da paisagem, acabou se confundindo. Perdeu a rota.

O erro de caminho o levou a uma área perigosa. De repente, sem tempo para evitar, a Rural caiu em uma grande depressão de areia. José Álvaro descreve o lugar como um enorme buraco em forma de funil, uma espécie de cratera natural entre as dunas, com cerca de dez a quinze metros de profundidade. Para dimensionar o tamanho da depressão, ele a compara a algo imenso, quase como meia Praça do Ferreira. A imagem mostra o impacto daquele momento: não era um simples atolamento, mas uma queda brusca dentro de uma formação profunda, escura e isolada.

A Rural desceu até o fundo do buraco. José Álvaro conseguiu segurar o carro no freio, evitando que o acidente fosse ainda pior. Mesmo assim, o impacto foi violento. Ruth, grávida de Abreuzinho, levou um grande susto e gritou. José Álvaro também se assustou profundamente. O medo maior era que a queda e o abalo provocassem algum problema na gravidez. Ele chega a dizer que pensou que Ruth pudesse abortar. Esse detalhe dá ao episódio uma carga familiar muito forte: não era apenas o risco material de perder o carro ou ficar preso nas dunas; era o risco real de uma tragédia envolvendo sua esposa e o filho que ainda estava por nascer.

Dentro do carro estavam também as meninas, Nadja e Silvinha. A família inteira ficou presa, de noite, no fundo de uma depressão de areia, em uma região deserta, sem socorro imediato, sem iluminação externa e sem caminho fácil de saída. O episódio revela com nitidez o quanto a Abreulândia ainda estava distante da vida urbana de Fortaleza. Embora geograficamente não fosse tão longe, na prática parecia um mundo apartado, onde qualquer problema mecânico, acidente ou erro de percurso poderia se transformar em situação grave.

Depois do susto inicial, José Álvaro procurou se recompor. Deixou a cabeça esfriar, acendeu as luzes do carro e começou a observar o terreno. Avaliou a inclinação das paredes de areia, a profundidade do buraco e as possibilidades de saída. Percebeu que, embora difícil, talvez fosse possível escapar dali com o próprio veículo. A Rural, por ser traçada nas quatro rodas, ainda lhe dava alguma chance.

A solução encontrada por ele foi tão arriscada quanto engenhosa. Em vez de tentar subir em linha reta, o que provavelmente faria o carro atolar ou tombar, passou a conduzir em círculos, contornando a parede interna do funil, ganhando altura aos poucos. Ele compara a manobra ao **"Globo da Morte"** de circo, aquela estrutura em que motociclistas giram pelas

paredes internas de uma esfera. A comparação é muito expressiva: José Álvaro precisou fazer a Rural subir girando pela lateral da depressão, em movimentos circulares, vencendo aos poucos a areia e a inclinação até alcançar novamente a parte alta.

Depois de muito esforço, conseguiu sair. Retomou o rumo, reencontrou a direção correta e seguiu até a última duna, de onde pegava a vereda para voltar para Fortaleza. O perigo maior havia passado, mas o episódio deixou nele uma preocupação profunda, especialmente com Ruth. Ele recorda que ela ficou muito abalada pelo susto. Também menciona ter batido a cabeça no interior do carro, mas, felizmente, sem consequências graves.

Essa passagem é uma das mais importantes para compreender a dimensão familiar do sacrifício pela Abreulândia. A história do lugar não foi vivida apenas por José Álvaro como aventura individual ou disputa de terra. Sua esposa e seus filhos também atravessaram fisicamente essa luta. Ruth, Nadja, Silvia e o próprio Abreuzinho, ainda no ventre da mãe, participaram desse cotidiano de risco, deslocamento e isolamento. A família não apenas morava ou visitava a Abreulândia; ela enfrentava as dunas junto com ele.

O acidente também ajuda a entender por que José Álvaro atribuía tanta importância à chegada da estrada, da COFECO, da Telefônica, da energia e de outras formas de infraestrutura. Para quem conheceu a Abreulândia nesse estágio inicial, o acesso não era um detalhe logístico: era uma barreira real entre o sonho e a permanência. Cada ida exigia planejamento. Cada volta podia se tornar perigosa. O caminho pelas dunas era instável, mudava com o vento, confundia a visão e cobrava experiência de quem o enfrentava.

Esse episódio mostra a Abreulândia antes da urbanização, antes da facilidade de deslocamento, antes da praia se tornar reconhecida por visitantes e instituições. Era um lugar que precisava ser conquistado repetidas vezes, não apenas juridicamente, mas fisicamente. A cada subida de duna, a cada atolamento evitado, a cada retorno de noite, José Álvaro reafirmava sua decisão de permanecer.

A cena do carro caindo no funil de areia também tem valor simbólico. A Abreulândia era, para José Álvaro, uma promessa de futuro, mas esse futuro exigia atravessar medo, incerteza e perigo. O mesmo território que o encantava pela beleza também o ameaçava pela dureza. As dunas eram paisagem, mas também obstáculo. Eram parte do encanto da praia, mas também uma barreira que separava a Abreulândia do mundo.

Por isso, a lembrança desse acidente não deve ser vista apenas como uma anedota familiar. Ela documenta a precariedade do acesso, a ausência de infraestrutura e o grau de envolvimento da família Abreu na ocupação pioneira da região. Mostra que, antes de a Abreulândia ser discutida em cartórios, processos, jornais ou placas, ela foi enfrentada no corpo, no volante, no susto de uma esposa grávida, no medo das filhas pequenas e na determinação de um homem que, mesmo depois de cair em uma cratera de areia no meio da noite, conseguiu sair e continuar voltando.

Em última análise, o acidente nas dunas revela uma verdade essencial do depoimento: a Abreulândia não foi apenas encontrada; ela foi vencida. Vencida no acesso, na solidão, na escuridão, na areia, nas quedas, nos riscos e na insistência. Para José Álvaro, permanecer ali exigia mais do que posse ou documento. Exigia intimidade com a paisagem, coragem

para atravessar o desconhecido e uma convicção suficientemente forte para levar a família inteira a acreditar que, por trás daquele caminho difícil, havia um futuro.

A defesa do nome Abreulândia contra a Praia da COFECO

Na parte final da gravação, José Álvaro se concentra em uma disputa simbólica: a tentativa de alguns representantes do Clube da COFECO de substituir o nome **Praia da Abreulândia** por **Praia da COFECO**.

Para ele, essa tentativa era inaceitável. A COFECO havia chegado depois, por intermédio dele. Quando seus representantes chegaram, o nome Abreulândia já existia. Tratava-se de nome de família, ligado aos Abreus, e não poderia ser substituído por uma sigla institucional.

José Álvaro menciona **Juárez Paula** e um engenheiro-chefe transcrito articulador da mudança. Relata que representantes chegaram a ir em comissão à Câmara e que teria sido feito um aditivo, o qual ele considerava irregular por falta de quórum. A proposta seria denominar a parte da colônia como Praia da COFECO e deixar o restante como Praia da Abreulândia. José Álvaro recusou a divisão. Para ele, a Abreulândia abrangia toda a extensão desde o término da Praia da Sabiaguaba até a Barra do Rio Pacoti.

Ele também recorda que a **Telefônica**, já instalada na região, reconhecia e utilizava a denominação **Praia da Abreulândia** em seus papéis timbrados, documentos e comunicações, o que reforçava, segundo sua compreensão, que o nome não era apenas uma designação familiar, mas uma referência já em circulação pública e institucional. Para José Álvaro de Abreu Filho, esse uso era importante porque demonstrava que a Abreulândia existia como nome reconhecido antes das tentativas de substituí-lo por “Praia da COFECO”.

No mesmo contexto, José Álvaro relata que recorreu à imprensa para defender publicamente a permanência do nome **Praia da Abreulândia**. Segundo seu depoimento, ele esteve diversas vezes no jornal **O Povo**, onde afirmou ter sido muito bem recebido. Essa aproximação com o jornal não aparece no relato como um gesto casual, mas como parte de uma reação organizada contra a tentativa de apagar o nome Abreulândia e substituí-lo por uma sigla institucional ligada à colônia de férias.

De acordo com a memória familiar, **Demócrito Rocha,** fundador do jornal **O Povo** e amigo pessoal de José Álvaro, é mencionado no áudio. Sua presença no relato é significativa porque indica que José Álvaro buscou apoio em uma figura de grande prestígio na imprensa cearense para dar visibilidade à causa da Abreulândia. Ao dizer que Demócrito “deu uma mãozinha”, José Álvaro sugere que encontrou nele algum tipo de acolhimento, orientação, abertura ou apoio moral e jornalístico na defesa do nome da praia.

O jornalista **José Blanchard Girão Ribeiro** também é citado ao lado de Demócrito Rocha, dentro do mesmo episódio relacionado ao jornal **O Povo**. Isso indica que Blanchard Girão

também teria participado, direta ou indiretamente, desse ambiente de apoio à posição de José Álvaro, seja por meio de escuta, interlocução, recepção no jornal ou possível colaboração na divulgação da controvérsia envolvendo o nome Abreulândia.

Assim, a ida de José Álvaro ao **O Povo** deve ser compreendida como um momento relevante da disputa simbólica pela identidade do lugar. Ele não buscava apenas resolver uma questão de propriedade ou de posse, mas preservar publicamente um nome que, para ele, carregava origem, memória, família e anterioridade histórica. A relação com **Demócrito Rocha** e **José Blanchard Girão Ribeiro** revela que essa defesa ultrapassou o espaço privado da família e chegou ao campo da imprensa, onde José Álvaro tentou assegurar que a Praia da Abreulândia continuasse sendo reconhecida pelo nome que ele afirmava ter dado ao território desde sua ocupação inicial.

A posição de José Álvaro era simples: a colônia poderia se chamar COFECO, e as placas poderiam indicar o caminho para a COFECO. Mas a praia, em sua compreensão histórica e afetiva, era Abreulândia.

Abreulândia como patrimônio moral dos Abreus

Ao final do depoimento, José Álvaro volta a falar aos filhos, irmãos e parentes. Pede que não esqueçam suas palavras e que as transmitam aos demais familiares. Reafirma que a Abreulândia era dos Abreus e que ali deveria acontecer a reunião da família.

Com os pais já falecidos, ele via naquele lugar um novo centro de união familiar. Sonhava com encontros de dois em dois anos, festas, talvez um Natal na Abreulândia, reunindo irmãos, filhos, tios, primos e sobrinhos.

Também demonstra consciência do valor econômico da terra. Afirma que a Abreulândia já valia muito e que, com a chegada do asfalto, valeria ainda mais. Imagina empreendimentos futuros, inclusive com apoio da **SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste**. Mas, acima da valorização, insiste no sentido familiar: queria que os parentes construíssem casas, ocupassem o lugar, se reunissem e preservassem a memória da luta.

A gravação termina com um pedido de fé. José Álvaro pede que os irmãos rezem e tenham confiança no **Padre Cícero**, a quem atribuía proteção. A despedida é serena, apesar da longa narrativa de conflitos. Ele encerra dizendo que continuaria gravando em outra ocasião.

Considerações documentais

O depoimento de José Álvaro de Abreu Filho é uma fonte oral primária de grande relevância para a história da Praia da Abreulândia. Nele, a origem do nome e da ocupação da área é narrada diretamente por aquele que, segundo a memória familiar, descobriu, nomeou, ocupou, desenvolveu e defendeu o território.

O relato apresenta uma cronologia coerente: a primeira chegada em 1940; a marcação do lugar; a construção da primeira casa; a escolha do nome Praia da Abreulândia; o levantamento topográfico; o processo de aforamento; a chegada da COFECO, da Telefônica, da estrada, da energia e dos poços; os conflitos de posse; a atuação de advogados, juízes e testemunhas; a disputa cartorial; o papel de Júlio Benedito dos Santos; a criação do Abreulândia Drinks; e a defesa pública do nome contra a tentativa de substituição por Praia da COFECO.

Como toda fonte oral, o depoimento deve ser lido com atenção crítica. Ele expressa a memória, a emoção e a interpretação de José Álvaro em 1976. Algumas informações ainda pedem comprovação externa em cartórios, jornais, arquivos judiciais, atas da Câmara, documentos da COFECO, registros da COELCE, acervos da Telefônica e exemplares antigos do jornal *O Povo*. Ainda assim, sua importância histórica é evidente: trata-se de uma narrativa direta, preservada em fita K-7, feita pelo próprio protagonista da história.

Se a Abreulândia hoje é um nome consolidado no litoral de Fortaleza, esta gravação mostra que, para José Álvaro de Abreu Filho, esse nome nasceu de uma escolha pessoal, familiar e territorial. Nasceu de uma pedra colocada como marco, de uma casa erguida em meio às dunas, de caminhos abertos na areia, de conflitos enfrentados e de uma convicção repetida aos filhos naquela noite de agosto: a Abreulândia era uma obra de vida.

Nota final do autor

Este texto foi elaborado por mim, **Daniel Abreu Diogo de Siqueira**, neto materno de José Álvaro de Abreu Filho e Ruth Marinho Cavalcante, a partir da fita K-7 encontrada em 2021, da transcrição automática revisada, das correções familiares de nomes, lugares e instituições, e da memória transmitida por minha família.

A publicação deste depoimento busca preservar uma parte fundamental da história da Praia da Abreulândia, em Fortaleza, e registrar a voz de José Álvaro de Abreu Filho como fonte primária para futuras pesquisas históricas, jornalísticas, acadêmicas e documentais.

Quixeramobim/CE, 29 de abril de 2026.

gov.br
Documento assinado digitalmente
DANIEL ABREU DIOGO DE SIQUEIRA
Data: 29/04/2026 22:40:46-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br